

Duas décadas em ação

História Ao revisitar as edições que dão forma aos 20 anos de existência ininterrupta do JU, nos deparamos com diferentes fluxos que caracterizam períodos distintos da história do jornal e da própria Universidade,

indissociáveis dos grandes temas do contexto nacional. Na tarefa de resgatar essa trajetória, buscamos depoimentos e reflexões de profissionais e estudantes que já compuseram a equipe do jornal, assim como a avaliação

de uma pesquisadora da Comunicação presente na criação do JU. Revela-se, assim, uma multiplicidade de perspectivas que se chocam ou se reforçam e determinam os rumos da publicação. **CadernoJU**

FLÁVIO DUTRA/JU



URBANIZAÇÃO

Moradia incerta

Ocupações como a Lanceiros Negros (foto acima) reacendem o debate sobre habitação e sobre o direito à propriedade. O caso da reintegração de posse do prédio público que abrigava o coletivo suscita a discussão sobre a destinação de edifícios desocupados nas cidades. O pesquisador Lucas Konze diz que a especulação de terrenos e edificações desabitadas em áreas urbanas é uma das distorções geradas pelo processo de produção capitalista do espaço. Dessa forma, prioriza-se a propriedade e não o direito fundamental à moradia.

P5

REGÊNCIA CORAL

Em busca de cantores profissionais

A falta de um coro estável para atuação no Departamento de Música do Instituto de Artes suscita debate entre alunos e professores. Para desenvolverem seus recitais de conclusão de curso, é usual os estudantes de Regência Coral recorrerem à colaboração de colegas e amigos para formarem seus próprios coros. Frente a tal demanda, alternativas vêm sendo discutidas no Instituto de Artes. **P6**

Brasil

Crise de representação política dá espaço aos "políticos gestores" **P4**

Venezuela

Confronto entre chavistas e opositores de Maduro está longe do final **P8**

Universidades

Conferências UFRGS contribui com reflexão sobre ensino superior internacional **P10**

EDUCAÇÃO

O dilema da restrição ao debate político na escola

A coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Maria Rehder, qualifica o projeto Escola sem Partido como uma restrição à liberdade de expressão dos professores. Após sua visita ao Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, o Brasil recebeu uma carta do órgão internacional questionando a legitimidade do movimento. **P7**

ANDIFES

Cortes do MEC resultarão em perda de competitividade científica **P9**

ASSISTÊNCIA

Mudanças nos RUs

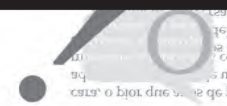
Restaurantes Universitários da UFRGS iniciam o segundo semestre letivo deste ano com novo sistema de funcionamento. As alterações compreendem três grupos: sistema de acesso, sistema de produção e o valor da refeição para não alunos. Estudantes continuam pagando R\$ 1,30.



P3

RICARDO ANDRADE/SECOM/ARQUIVO 16/04/2007

FLÁVIO DUTRA/JU



Espaço da Reitoria

Rui Vicente Oppermann, reitor
Jane Fraga Tutikian, vice-reitora

Construção e luta permanentes

Estamos comemorando o primeiro ano de gestão da UFRGS, o que nos leva a repensar a Universidade que buscamos e que estamos construindo. Propusemo-nos a uma travessia de superação, que realizamos com a parceria fundamental de todos os segmentos da comunidade acadêmica: construindo reformas estruturantes voltadas para uma administração mais dinâmica, transparente e acessível e trabalhando fortemente na governança pública e na gestão de risco.

No que diz respeito à excelência acadêmica e à internacionalização, várias ações estão sendo desenvolvidas simultaneamente, com destaque para o Observatório de Ensino, idealizado com o propósito de trazer experiências inovadoras internacionais de aprendizagem para a nossa prática pedagógica. É o caso, igualmente, do incremento às escolas de verão e inverno. A internacionalização com vistas à qualidade é um propósito que vem sendo fortemente trabalhada, e o edital para Professor Visitante Estrangeiro, recentemente lançado, um de seus mais importantes desdobramentos.

Nos campos da inovação e da tecnologia, promovemos alianças estratégicas, parcerias e modelos de interação. Foi elaborada uma política de inovação e implantação do Zênith-Parque Tecnológico. Da mesma forma, traçamos um programa de apoio às empresas juniores, abrangendo sua criação e seu desenvolvimento.

No âmbito do bem-estar e da inclusão, atuamos para consolidar a política de Ações Afirmativas, projetando e criando condições de acessibilidade em todas as suas possibilidades, aperfeiçoando a política institucional estudantil.

Vencida a etapa de planejamento, a Central do Aluno está agora sendo produzida em conjunto com todos os setores.

Em se tratando de infraestrutura, a UFRGS constituiu comitês por câmpus, cuja função é auxiliar nos padrões para obras e serviços e definir o planejamento de construções e reformas. A subestação do Câmpus do Vale está em fase final. Quanto à segurança, as centrais de monitoramento do Câmpus do Vale e do Câmpus Central estão a pleno.

Da mesma forma, iniciamos um grupo de trabalho que deverá promover a sustentabilidade em seu sentido mais amplo, como proposta de gestão e, principalmente, como desafio acadêmico transversal.

Muito se fez neste ano, e o muito que foi feito o foi pela qualidade intelectual daqueles comprometidos com a instituição. Na verdade, este tem sido um ano marcado pelo enfrentamento de uma das mais graves crises orçamentário-financeiras da história de nossa Universidade.

É inegável que o país está passando por um período recessivo na sua economia e que isso necessariamente determina ajustes nos investimentos do governo federal. Desde 2015, ainda na gestão Dilma, havia sinalização para restrições orçamentárias na educação superior e também na pesquisa e inovação.

Com a aprovação da emenda constitucional do teto das despesas públicas, estabeleceu-se uma perspectiva ainda mais sombria para os próximos anos. Para além da recessão econômica, a aprovação dessa medida aponta para o desmonte das políticas sociais que incluem a expansão e a

inclusão do Sistema Federal de Ensino Superior.

Ao longo deste ano, temos construído parcerias com a comunidade universitária em defesa das universidades federais, da pesquisa, da ciência e da inovação. No plano interno, fizemos os ajustes necessários e, no plano externo, buscamos a união pela resistência às tentativas de desqualificação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Temos um ano crucial pela frente, quando teremos de garantir o compromisso do futuro governo para com o sistema de ensino superior público federal. A UFRGS está assumindo um protagonismo em defesa das IFES, tendo o reitor Rui Oppermann sido eleito recentemente para a diretoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Além disso, buscamos apoio aos nossos pleitos no Congresso Nacional, nas agências de fomento e nas redes de universidades nacionais e internacionais.

Finalmente, construímos também uma proposta, através das Conferências UFRGS, para a Conferência Regional de Educação Superior (CRES), a ser realizada em Córdoba, na Argentina, em 2018. Temos uma longa história de participação, que redundará nas conferências mundiais, nas quais políticas voltadas para o Ensino Superior são definidas para uma década. Nesse momento em que a privatização do Ensino Superior é uma ameaça real na América Latina, é crucial que tenhamos uma posição em defesa das IFES. Afinal, isto está posto na declaração da CRES, a educação superior é um bem social, um direito humano, universal e um dever do Estado. É por isso que lutamos.

Carta aos leitores

Uma idade representada por um 'número redondo' é sempre um marco temporal que joga o olhar para o passado e leva a uma inevitável perspectiva para o vindouro. Nesse sentido, as duas décadas de circulação do JU têm nos colocado nessa posição de inquietação: desde o ano passado, profissionais e bolsistas temos constantemente debatido; iniciamos, pois, um conjunto de mudanças.

O mundo hoje está marcado pelas relações fluidas, pela relativização das crenças e por uma midiaticidade intensificada pelo ambiente digital. Diante disso, temos convicção de que os valores da pluralidade, da verdade e da produção de conhecimento qualificado do real são típicas do fazer jornalístico seguem sendo um norte possível. A reportagem é o caminho mais acertado. Parte disso também é o espaço aberto à circulação dos saberes acadêmicos em artigos e entrevistas. A partir do lugar em que nos situamos – a esfera estatal, do serviço público –, emerge aquele que é um valor a ser perseguido: a comunicação pública.

Mais do que um jornal exclusivamente voltado para o ambiente acadêmico e sobre ele, portanto, imaginamos um veículo universitário em sentido amplo, que conecte a academia ao mundo que a circunda e a gera, que dela se alimenta para avançar. Jornalismo seria, pois, um meio de desenvolvimento social; e a UFRGS, ao abrigar uma publicação deste gênero, posiciona-se mais uma vez como protagonista.

Começamos, a partir de agora, a gestar um novo projeto cujos produtos serão paulatinamente lançados nos próximos meses. Já de saída, buscamos abrir canais de comunicação com o público leitor e ampliar nossa presença digital. Esta *Carta aos leitores* é o primeiro deles. Uma página no Facebook e perfis no Instagram e no Twitter criam uma nova dinâmica para nosso conteúdo. Em breve, outras formas de circulação digital virão a público; uma coisa, no entanto, é certa: seguimos em formato impresso.

Na edição deste setembro comemorativo produzimos um *Caderno JU* ampliado, que traz diferentes perspectivas para a história do JU: a de profissionais que passaram pela redação; a de bolsistas que neste ambiente realizaram parte de sua formação; a de uma das idealizadoras da publicação; e a dos que agora integram a equipe – esta concretizada a partir de um profundo mergulho na coleção de nossas edições. Também o *Ensaio* traz uma coletânea de fotos marcantes, num sentido de, pela potência dos significados múltiplos da imagem, fazer-nos remexer nessas memórias.

As demais páginas da edição partem para a observação de temas relevantes da atualidade: os prefeitos supostamente eficientes nos geraram questões para um artigo sobre a relação entre a administração pública e os jogos de poder; as ocupações urbanas e a violência usada contra elas nos provocaram a pensar sobre o direito

à moradia; e o debate político em sala de aula – que tem dividido opiniões no Brasil atualmente – carece ainda de mais aprofundamento. Como contribuição para reflexão, buscamos vozes de peritos nesses assuntos para que, por suas mãos ou com nossa intermediação, trouxessem a público suas ideias.

Ao olharmos para quem faz parte da Universidade, nós nos deparamos com um formando da primeira turma egressa do Câmpus Litoral Norte, que nos apresenta a perspectiva sobre esse ambiente, sendo UFRGS, está distante da realidade da maior parte de nós, residentes na capital que olhamos para aquele lugar apenas como de veraneio. Também um personagem singular chegou até nós e aparece perfilado, com imagens de sua juventude e com sua produção poética: um estudante da UFRGS nos anos 1950. A situação orçamentária atual das instituições federais de ensino superior vem à baila pela voz de um representante dessas universidades – não poderíamos nos furtar a um tema que toca nosso viver e nosso fazer acadêmico. Relevante, ainda, é a demanda dos graduandos em Música por um coro profissional estável para suas práticas de regência coral; o contraponto pedagógico e institucional é, pois, a outra face dessa realidade universitária. Finalmente, mas não menos importante, o nosso olhar para o mundo: a vizinha Venezuela e suas questões políticas e institucionais. Boa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farnoupolis,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Edina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor Everton Cardoso

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Editor de fotografia Flávio Dutra

Revisão Felipe Raskin Cardon

Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornal@ufrgs

jornal@ufrgs

jornal@ufrgs



Novo sistema de acesso e produção é implantado nos RUs

A partir do segundo semestre letivo deste ano, a UFRGS terá um novo sistema de funcionamento nos Restaurantes Universitários (RUs). As alterações alcançarão três grupos: sistema de acesso, sistema de produção e o valor da refeição para não alunos (servidores, terceirizados e visitantes).

As modificações neste último grupo atendem à solicitação da Controladoria Geral da União (CGU), que prescreveu o prazo até o início do mês de setembro para realizar as exigências, sob pena de multa. A CGU visitou a Universidade em 2015 para, principalmente, inspecionar o uso dos recursos provenientes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que é administrado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Como esta destina parte dos recursos recebidos pelo Pnaes aos Restaurantes, a Controladoria Geral da União também analisou o funcionamento dos RUs. Ao detectar que os servidores e terceirizados tinham acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários, a CGU apontou que isso caracterizava duplo benefício, já que essas duas categorias recebem o auxílio refeição. É o que justifica a pró-reitora de Assuntos Estudantis, Suzi Cammey: "Não estamos aumentando o valor da refeição em função da crise que está instalada na Universidade, em função da falta de recursos. Essa cobrança do valor de custo por parte dos não estudantes vem para atender um apontamento da CGU".

Com base em tal notificação, a PRAE junto com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN) desenvolveu um estudo para calcular o preço de custo de uma



Mudanças nos restaurantes universitários alteram o acesso, a produção e os valores cobrados

refeição do RUs e assim saber quanto cobrar de servidores, terceirizados e visitantes. O valor cobrado por refeição para não estudantes passa a ser de R\$ 9,10 a partir de 11 de setembro. Foram considerados no cálculo as despesas com gêneros alimentícios (64% do valor), contratos de mão de obra e manutenção de equipamentos (31%) e água, luz e telefone (5%). Para os estudantes, o valor da refeição não sofrerá alteração, permanecendo o preço que atualmente é praticado: R\$ 1,30.

Nova dinâmica – O sistema de acesso e pagamento também passará por mudanças. A compra das refeições será feita via boleto bancário. No portal do aluno ou do servidor, o usuário deve selecionar de seis a cinquenta tíquetes de refeições e

pagar o boleto com o valor correspondente na rede bancária. O sistema vai gerar um tíquete de seis dígitos, vinculado ao cartão UFRGS, que poderá ser o mesmo para todos os tíquetes ou sequências diferentes para cada refeição. Ao gerar o boleto no Portal, são automaticamente liberados seis tíquetes, antes mesmo de pagar, pois os boletos podem levar até 72h para gerar a compensação no sistema. Para acessar o RU, o usuário deverá digitar o número de matrícula e do tíquete da refeição. O número dos tíquetes funcionará como uma senha e o usuário poderá acompanhar sua frequência nos Restaurantes pelo Portal do Aluno ou do Servidor, além de poder cancelar a qualquer momento seus tíquetes eletrônicos em caso de suspeita de roubo de senha. De acordo com Suzi, o

novo sistema de acesso oferecerá mais segurança e praticidade: "Hoje o processo de compra de refeição no RU, por boca de caixa, é bastante frágil; é um risco para os servidores que trabalham direto com o dinheiro e é difícil para a Universidade depositar no banco uma quantia volumosa em moedas".

Segundo a pró-reitora, para melhorar as condições de estrutura dos RUs, as refeições passarão a ser produzidas, transportadas e servidas por uma empresa terceirizada – com aquisição de pelo menos 30% de gêneros da agricultura familiar. No primeiro momento, o novo sistema atenderá o RU 1 (Centro), o RU 3 (Câmpus do Vale, assim que forem concluídas as reformas) e o RU 4 (Agronomia). Nesses três Restaurantes, será oferecida a opção vegetariana diariamente.

Educação a distância

Plataforma Lúmina amplia oferta de cursos

Neste mês, estarão disponíveis mais cinco cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD), pela plataforma Lúmina, portal desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância (NAPED) da Universidade. Os novos cursos são: Equilíbrio Químico; Avaliação de Usabilidade; SolAssist Learning de Tecnologia Assistiva; Sistema de Webconferência Mconf e Moodle para Alunos. Qualquer pessoa interessada pode se cadastrar e fazer sua inscrição prévia no site lumina.ufrgs.br. Os cursos são gratuitos e não há pré-requisito de escolaridade.

O conteúdo da plataforma Lúmina é apresentado principalmente por meio de vídeos, mas também são usados textos, hiperlinks, exercícios e outros materiais. Cada curso tem um vídeo de apresentação e um

fluxograma da programação, que fica visível mesmo que o visitante não esteja cadastrado. A partir deste mês, os alunos que acertarem 70% das questões avaliativas poderão obter certificado ao final. A organização dos conteúdos acontece por iniciativa de professores, técnicos e alunos da UFRGS, que sugerem o tema e planejam as lições. A proposta é entregue ao NAPED, responsável pela criação e produção dos vídeos e materiais didáticos, além do gerenciamento da plataforma.

Lançado em agosto de 2016, o Lúmina tem a coordenação de Marlise Bock Santos e da professora de Design da UFRGS Gabriela Perry. O Núcleo tem recebido fomento da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) – através de oficinas e assessoria pedagógica – e apoio técnico do Centro de Processamento de Dados

(CPD). Hoje em dia, com mais de nove mil usuários, a previsão é multiplicar o número de participantes e oferecer mais dezoito cursos até o final do ano, os quais estão em produção. Atualmente, além dos novos cursos,

são oferecidos: Poesia Grega; Leitura, Análise e Método; Anton Tchekhov e Liev Tolstói; Química Geral I; Avaliação de Enfermagem; Cuidados Básicos com a Saúde Bucal de Pessoas Idosas e Cinética das Reações.



Cursos on-line fornecerão certificados de aproveitamento



CONHECENDO A UFRGS

Hospital São Pedro e Universidade buscam novo modo de encarar os transtornos mentais

Em abril de 2001, entrou em vigor a lei 10216, que redirecionou o modelo de assistência em saúde mental no Brasil. Entre outras transformações, a nova legislação determinou a proibição do abandono de pessoas com transtornos mentais em hospitais psiquiátricos. Atualmente, esses indivíduos só podem ficar internados durante suas crises.

A partir da implantação dessa lei, foi possível verificar uma mudança na abordagem dos paradigmas com relação à saúde mental, em especial quanto à possibilidade das pessoas que sofrem com essas doenças serem reinseridas na sociedade. Em 2002, nasceu a Associação de Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro (ATUT). Tal iniciativa busca promover uma fonte de renda para pacientes e ex-pacientes do Hospital por meio de uma forma de trabalho digna e também proporciona um acompanhamento psicológico a seus colaboradores. Esse trabalho consiste na seleção de lixo, sendo que parte dele advém da UFRGS. Todo o lucro obtido é dividido entre os mais de cinquenta membros que integram a Associação.

A parceria com a Universidade inclui ainda toda a comunicação interna e externa da organização, que é realizada pela Agência Experimental de Relações Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. "Existe uma cultura de 'desfazimento' da moral da coisa pública, em vista de uma série de fatores, a política é um deles. Aquilo que é público deve ser bem feito, então a parceria com a Universidade soma pontos para o nosso currículo", destaca Alexandre Baptista, psicólogo coordenador da Associação.

Elias Santos e Júlia Vargas, estudantes do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

No dia 19 de setembro, às 23h, com reprise em 21 de setembro, às 12h, e, no dia 23 de setembro, às 18h, na UNITV, canal 15 da NET PoA ou ao vivo pela internet, através do endereço www.unitv.tv.br.



A falácia da administração apolítica

Ariston Azevedo*
Renata Ovenhausen Albernaz**

“Não sou político, sou gestor.” Foi esse o mote principal do discurso antipolítico assumido por candidatos a prefeito de algumas das cidades de nossos estados, em especial das capitais, nas eleições de 2016. Tal discurso ganhou forte impacto público, sobretudo em razão da paulatina perda de consciência, entre nós, brasileiros, do caráter ontológico da política e de sua necessária presença, para viabilizar a instituição de modos de vida que possam proporcionar, a um número cada vez maior de cidadãos, o alcance de uma qualidade de vida digna e justa. A parte mais visível desse fato está na forte crise de representação política oriunda da decepção popular com os políticos e seus partidos e na consequente perda de legitimidade dos chamados “políticos profissionais” na condução dos negócios públicos. Colaboram também a disseminada falência do Estado e dos estados, o desemprego crescente e os descalabros evidenciados nas denúncias de corrupção que se alastraram por todo país.

À luz de tal conjuntura favorável à acolhida desse tipo de discurso, não é estranho que as promessas de salvação pela via da eficiência soam aos ouvidos desprevenidos como um arrebator cantado de sereia. Realmente, são poucos os que desconfiam de ou conhecem o fato de que o encantador discurso racionalista subjacente a tal proposta é, para dizermos como Max Weber, uma proposta de desencantamento, pois visa a dar continuidade ao processo de unidimensionalização humana via a aniquilação progressiva dos diversos e múltiplos espaços existenciais dos quais nos valem para nossa incessante humanização. Suplantar a política da vida pública ou, no mínimo, colocá-la

em eterna condição subalterna é mais um ataque à nossa condição de *zoon politikon*, de ser político. O movimento pretendido é o seguinte: a política deve ser retirada do espaço público e da condução dos negócios públicos para, em seu lugar, assumir uma variante administrativa – a gerência – que se arroga apolítica, mas de eficiência garantida. Sai o político e entra um não político: o executivo ou gestor eficaz.

Ora, aos agentes ideólogos dessa antipolítica pouco importa se esta irá varrer definitivamente a política da esfera pública e, assim, retirar-nos da condição de cidadãos para a de indivíduos ávidos apenas por entretenimentos e consumos. Colabora com esses agentes uma estrutura que, marcada pela tendência imperativa da economia de mercado globalizada, força-nos, como bem disse o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, a introjetar seus critérios e padrões cognitivos e a aceitar seu paradigma de ordenação da vida humana individual e associada, naturalizando aquilo que Andreu Solé denomina de “empresarização do mundo”, donde um de seus reflexos seria o espelhamento da administração pública no *modus operandi* empresarial. O que importa a esses propagandistas, acima de tudo, é que os interesses práticos, utilitários e imediatos de determinado segmento específico da sociedade prevaleçam e pautem a ordem do dia.

Sob a bandeira do discurso antipolítico, elegeram-se, por exemplo, candidatos como Marcelo Crivella (PRB), no Rio de Janeiro; Alexandre Kalil (PHS), em Belo Horizonte; Waldeli dos Santos Rosa (PR), em Costa Rica, no Mato Grosso do Sul; Hildon de Lima Chaves (PSDB), em Porto Velho; e, mais perto de nós, Daniel Guerra (PRB), em Caxias do Sul; e Nelson Marchezan Jr. (PSDB), em Porto Alegre. O representante maior do antipoliticismo

foi o atual prefeito da cidade de São Paulo, João Dória Júnior (PSDB), eleito com esmagadora maioria de votos, sob o slogan: “Não sou político, sou gestor”. Constante em seus discursos e propagandas estava a promessa de tornar a gestão pública da prefeitura de São Paulo tão eficiente quanto uma gestão empresarial, daí seu outro lema: “Quero transformar quatro anos em oito de eficiência”. Esse discurso foi, é claro, absolutamente falacioso: primeiro, porque toda sua trajetória de homem de sucesso nos negócios é devedora da política; segundo, porque sua coligação partidária foi uma das mais bem arquitetadas politicamente, pois envolveu, ao total, 13 legendas partidárias (PSDB, PSB, Democratas, PPS, PV, PP, PHS, PMB, PRP, PTdoB, PTN, PTC e PSL) e foi composta de maneira extremamente tradicional, ou seja, via cooptação de legendas a partir da disponibilização de cargos públicos. Ou seja, o antipoliticismo é apenas mais uma manifestação da própria política. Seu suposto remédio imunizante do mal político que o torna “tão atraente” aos olhos de boa parte da população brasileira é uma falácia discursiva, em especial porque o problema da gestão está mal colocado. Não temos objeções ao fato de a escolha democrática eleger, em seus ciclos históricos, uma ou outra lógica ou axiologia como mote político de governo e gestão pública. O pluralismo político é um princípio do qual compartilhamos. Mas o conteúdo persuasivo dos discursos antipoliticistas, que procura não somente opor política e administração, mas colocá-las no par fundamentalista de mal e bem, e seus correspondentes agentes, na de mau e bom, precisa ser denunciado e combatido.

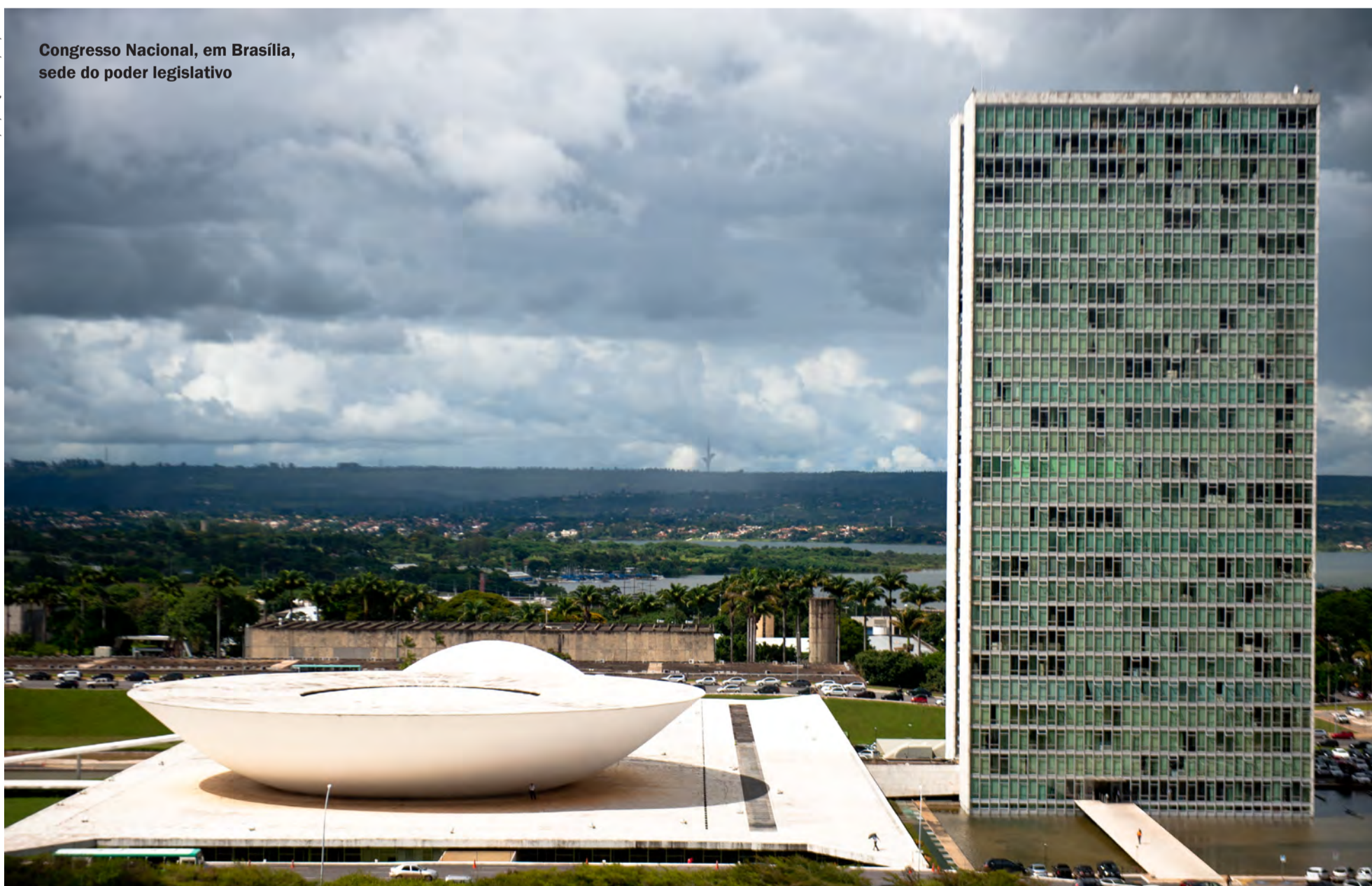
Que fique bem claro o seguinte: todos eles negam a política fazendo política. Acreditamos tratar-se, aqui, de um ponto pacífico. Contudo, havemos de indagar: de

onde todos eles procuram negar a política? A negação da política supõe partir de uma posição não política, qual seja, a de gestor ou administrador. Em termos acadêmicos, essa posição tem sido denominada “modelo da dicotomia política-administração”. Seus defensores partem do pressuposto de que política e administração são esferas distintas e separadas, posto que esta seria uma atividade exclusivamente técnica não valorativa, portanto neutra e imparcial. Ocorre que administração é poder. No caso, poder político. Diferentemente do que querem nos levar a crer, a administração não é algo a parte das relações de poder que se estabelecem no âmbito e fora do âmbito das organizações, sejam essas públicas, privadas ou híbridas. Ela resulta das próprias relações de poder estabelecidas. Sua manifestação concreta pode ser encontrada nas ações, nas omissões e nos discursos dos agentes envolvidos com o processo de tomada de decisão e de execução das mesmas. Em sendo defensor de determinados interesses coletivos que representa a imagem do administrador como um agente apolítico, é pura falácia.

A consciência do caráter político da administração é fundamental para que se possa combater o discurso ideológico que procura apagar a relevância do papel político que o administrador possui. Assim, é totalmente ideológica a mentalidade que procura mitigar a compreensão do comportamento político do administrador sob a alegação de que o mesmo está somente comprometido com a aplicação de técnicas ou ferramentas administrativas.

*Doutor em Sociologia Política,
professor da Escola de Administração da UFRGS
**Doutora em Direito,
professora da Escola de Administração da UFRGS

Congresso Nacional, em Brasília,
sede do poder legislativo





As funções sociais da propriedade urbana

Lucas P. Konzen*

Repercutiram recentemente na imprensa e nas mídias sociais as cenas de violência registradas em Porto Alegre durante a operação policial de execução do mandado judicial de reintegração de posse de um imóvel ocupado por dezenas de famílias em pleno Centro Histórico da capital. O dramático desfecho da Ocupação Lanceiros Negros, que ao longo de vários meses transformou em moradia um prédio pertencente ao governo do estado, mantido vazio há mais de uma década, trouxe à tona um dos tantos paradoxos que marcam o processo de urbanização no Brasil. Enquanto imóveis não edificados, desocupados ou subutilizados proliferam em meio às centralidades das metrópoles, a precariedade da habitação continua a caracterizar o cotidiano de milhões de famílias que vivem nas periferias adensadas e destituídas de infraestrutura urbana.

Nos estudos urbanos, o fenômeno da retenção especulativa de terrenos vazios e das edificações ociosas em áreas intensamente urbanizadas é teorizado como uma das mudanças de direção inerentes ao processo de produção capitalista do espaço. Essas distorções decorrem, sobretudo, do funcionamento de estruturas de mercado que tendem a condicionar os agentes que estão na posição de proprietários imobiliários a maximizar seus ganhos econômicos com as mais-valias geradas no processo de urbanização, isto é, capturar para si os incrementos no valor dos imóveis com o passar do tempo, os quais não resultam de suas iniciativas, mas sim dos esforços comuns da coletividade.

Em consonância com a tradição liberal predominante no direito civil brasileiro, considera-se a propriedade privada como uma relação social devidamente resguardada pela ordem jurídica estatal que atribui ao indivíduo proprietário o poder de excluir os demais do uso de um bem. Assim, é de se esperar que a situação estrutural de exclusão do acesso à terra urbanizada que afeta a maioria da população constitua uma fonte permanente de conflitos sociais, principalmente considerando que se trata de bem potencialmente escasso diretamente relacionado à satisfação de necessidades humanas essenciais como a moradia.

A noção de função social da propriedade surge na história do pensamento jurídico em princípios do século XX, como um contraponto à concepção da propriedade como direito,



Prédio que abrigava a Ocupação Lanceiros Negros, no Centro Histórico de Porto Alegre, teve a reintegração de posse cumprida pela Polícia Militar em junho deste ano

plasmada na codificação civil. O dever de atender à função social significa, em suma, que o proprietário de um bem não possui poder ilimitado para usá-lo da forma que desejar, devendo observar o regime jurídico estabelecido pela coletividade. Desde então, o argumento da função social vem sendo invocado no discurso jurídico para fazer frente à visão tradicional impregnada pela ideologia do poder absoluto do proprietário. Trata-se de advogar uma maior intervenção do poder público nas relações de propriedade, seja por meio da regulação das formas de ocupação e utilização dos imóveis, seja pela indução ativa das dinâmicas de mercado.

Entre os desdobramentos relacionados ao debate contemporâneo sobre a função social da propriedade urbana no Brasil, encontra-se a edição de normativas, urbanísticas e ambientais, assim como a construção de distinções acerca dos elementos que compõem um regime de propriedade – notadamente, a separação entre o direito de propriedade do solo e o direito de edificar. Nesse sentido, o espaço edificável passou a ser concebido como um recurso suscetível de apropriação que é criado por força da legislação urbanística e, por conseguinte, passível de ser explorado economicamente mediante contrapartida ao po-

der público, a fim de assegurar a reversão à coletividade na forma de investimentos públicos das mais-valias geradas no processo de urbanização.

Conforme a formulação da Constituição Federal de 1988, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Isso significa que as funções sociais da propriedade são estabelecidas pelas decisões políticas tomadas pela coletividade. Tais decisões devem ser construídas por meio de um processo participativo de elaboração e revisão periódica dessa lei municipal que instrumentaliza as políticas públicas urbanas.

O papel dos planos diretores foi reforçado pelo Estatuto da Cidade, aprovado em 2001. A lei federal estabelece um conjunto de instrumentos jurídico-urbanísticos que podem ser utilizados pelas administrações municipais, com o propósito de evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos, a retenção especulativa de terrenos e edificações e a deterioração das áreas urbanizadas. Trata-se de uma verdadeira “caixa de ferramentas” para a implementação de políticas de regularização fundiária, indução do desenvolvimento urbano e gestão democrática da cidade. Por exemplo, o poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, pode exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, mediante sanções sucessivas, como a determinação compulsória do parcelamento ou edificação, a aplicação de IPTU progressivo no tempo e até mesmo a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.

Todavia, passados mais de quinze anos de vigência do Estatuto da Cidade, é tempo de questionar as limitações desses instrumentos jurídico-urbanísticos e de noções como a função social da propriedade. É sintomático que muito se fale sobre como o poder público deve atuar no que se refere a exigir o cumprimento das funções sociais da propriedade privada, ao passo que continua a ser negligenciada a questão das funções sociais dos bens de titularidade pública. Sabe-se que, no Brasil, o patrimônio imobiliário da União, dos Estados federados e dos Municípios é significativo, ainda que os gestores públicos com espantosa frequência desconheçam quais são esses bens e como são utilizados. Casos como o da Ocupação Lanceiros Negros evidenciam que potencializar o uso dos bens públicos – fazendo com que efetivamente cumpram funções sociais relevantes para a coletividade – é um dos caminhos possíveis para a construção de políticas públicas capazes de efetivar o direito à cidade. Nessa direção, tanto os saberes acadêmicos quanto as lutas dos movimentos sociais continuam a ser imprescindíveis.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e coordenador do Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade, ambos da UFRGS



Procura-se um coro

Infraestrutura
Demandas próprias para a formação em Regência Coral suscitam questionamentos internos no Instituto de Artes quanto à existência de um coro profissional ou à busca de alternativas



Alunos de Regência Coral atuam em programa de extensão de atividades corais, coordenado por Vilson Gavalhão

Jacira Cabral da Silveira

Como condição para concluir o Bacharelado em Música com habilitação em Regência Coral, Alexandre Paulo dos Santos precisava apresentar um recital em que regesse um grupo de cantores. Para que fosse possível levar adiante essa apresentação, no palco do Auditorium Tasso Correa do Instituto de Artes da UFRGS (IA), contou com a colaboração de oito colegas e amigos cantores. Foi um total de 198 horas de ensaio, durante um período de oito meses, com dois encontros semanais de duas horas cada. Ao final da apresentação, em junho passado, ele fez questão de agradecer o empenho de cada um deles por terem dedicado seu tempo livre em suas agendas já repletas de compromissos acadêmicos, profissionais ou pessoais.

“Constrangimento” é a palavra que Alexandre usa para definir seu sentimento durante essa trajetória de final de curso. “É constrangedor pedir que um colega exerça sua profissão de graça. Muitas vezes são pessoas que tocam comigo em outros lugares, profissionalmente”, revela. A situação fica ainda mais delicada pelo fato de terem sido necessários telefonemas semanais para lembrar os músicos dos ensaios. Por outro lado, ele reconhece a excelência do curso, considerado um dos melhores do Brasil. Foi justamente por isso que decidiu deixar impressa

sua insatisfação – com o que ele considera falta de estrutura do curso – no programa de seu recital distribuído aos presentes.

Aprendizado da realidade – O professor Jocelei Bohrer foi um dos orientadores de Alexandre e concorda em parte com seu aluno. Ele afirma que uma das competências a ser desenvolvida pelo futuro profissional de regência coral é justamente a capacidade de congregiar e estimular os cantores que integram o grupo com o qual ele tem um trabalho a desenvolver. Por outro lado, Bohrer elogia a iniciativa de Alexandre ao expor um problema que ele mesmo tematiza em suas turmas, que é a falta de um coro profissional no Departamento de Música do Instituto de Artes.

De acordo com Jocelei, a formação em Licenciatura em Música diferencia-se do Bacharelado nessa área. Enquanto este último busca a formação profissional do músico, a Licenciatura tem ênfase no exercício pedagógico. Isso demanda, segundo o professor, uma estrutura de curso que contribua para as exigências específicas, que, no caso de Regência Coral, seria a existência de um coro para que os alunos pudessem executar repertórios corais mais complexos. “Não conheço nenhuma instituição de ensino de música de ponta em nível internacional que não tenha atividades regulares de música de grande conjunto, a saber: orquestra e coro,” sustenta.

Embora a diretora do Instituto de Artes, Lucia Becker Carpena, avalie como legítima a manifestação de Alexandre, ela também concorda com o professor Jocelei quanto à importância de o aluno de regência coral desenvolver a capacidade de agregar e manter o envolvimento no trabalho que ele executa junto ao coro que rege. “Existem pouquíssimos coros profissionais no Brasil. Ou seja, a realidade com a qual esse aluno de regência coral vai se deparar na sua vida profissional é de coro de leigos. Ele vai ter que saber lidar com pessoas que não são músicos,” argumenta. Mesmo assim, ela relaciona algumas alternativas dentro do próprio Departamento de Música que poderiam suprir essa demanda de um coro profissional. Entre elas, estaria a divisão da turma da disciplina de Canto Coral em dois grupos, um formado exclusivamente com os alunos do curso do departamento de Música e o outro destinado aos demais alunos provenientes de outros cursos da UFRGS. “Talvez aí se pudesse chegar ao que esse aluno almeja,” pondera. No âmbito mais amplo da Universidade, Lucia pensa em outras alternativas.

Parceria – Uma possibilidade seria a de um trabalho conjunto do IA com o Coral da UFRGS, órgão diretamente vinculado à Pró-reitoria de Extensão da Universidade (Prorext) e que constitui a Associação Artística Coral Uni-

versitário do Rio Grande do Sul. De acordo com a pró-reitora de Extensão, Sandra de Deus, cabe à Prorext acompanhar o Coral em suas agendas de atividades, viagens e prestação de contas. Atualmente, a direção e o regente do coro não têm vínculo com a UFRGS, apenas os bolsistas de técnica vocal são alunos do IA e recebem bolsas custeadas através do convênio entre Universidade e Associação Coral.

Na avaliação da pró-reitora, é possível uma aproximação entre o Instituto de Artes e o Coral para a realização de um trabalho pedagógico, especialmente envolvendo os estudantes de Regência Coral. Para isso, ressalta, basta que ambos os setores estabeleçam essa aproximação: “O Instituto pode ter esse diálogo porque, na verdade, o coral da UFRGS está aí para isso, ele atende a Universidade, faz formação de pessoas e representa a Universidade como canto coral.” Do ponto de vista de relação acadêmica, ela considera muito interessante que haja esse diálogo. Para ilustrar, cita o exemplo do Grupo de Danças Tradicionais Gaúchas Tchê, que mantém estreita vinculação com a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid).

Quadro estável – Outra alternativa, ainda segundo a diretora do Instituto de Artes, seria através de concurso, mas considera que, na conjuntura brasileira atual, isso é bem difícil de ocorrer. De

acordo com a titular da Coordenação de Concursos, Mobilidade e Acompanhamento da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFRGS, Eliana Venterini, existe hoje em seu setor a solicitação de vagas – demandadas pelo Instituto de Artes – para os cargos de restaurador, técnico em laboratório fotográfico, técnico em artes gráficas, técnico audiovisual e para músico, este último, à época de sua solicitação, era para o Centro de Música Eletrônica, o que pode mudar. “Quando abre a vaga, entramos em contato com a unidade para confirmar a demanda”, explica. Conforme a técnica, há cargos que levam anos para serem preenchidos porque dependem da disponibilidade do Ministério da Educação (MEC) em oferecê-los, como é o caso do cargo de restaurador, antiga solicitação do IA.

Haveria também a possibilidade da criação de novos cargos a para as universidades, mas isso é bem mais difícil de ocorrer, segundo Eliana, porque só ocorre através de projeto de lei. Por isso, o atendimento às demandas dos diferentes setores das universidades federais depende das vagas abertas em função de vacância – cargo de servidor declarado vago por motivo de exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento ou posse em outro cargo incompatível. Nesse sentido, a coordenadora considera “inviável” o atendimento a solicitações numerosas como para a criação de um coro ou de uma orquestra.



ONU questiona Escola Sem Partido

Direitos Humanos *Rejeição nacional a projeto que criminaliza professor chega à Organização das Nações Unidas e transforma-se em carta ao governo brasileiro*

De acordo com o programa Escola Sem Partido, “professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para ‘fazer a cabeça’ dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral.” Para isso, seria preciso informar e educar os alunos sobre o seu direito de não serem doutrinados e os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar.

Divergentemente, a jornalista e coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Maria Rehder, qualifica o programa como uma restrição à liberdade de expressão dos professores. “Como você vai formar um cidadão crítico tendo um professor totalmente censurado?”, questiona, durante a roda de conversa que ocorreu na Faculdade de Educação (FACED) no dia 11 de julho. A mestre em Direitos Humanos e democratização pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Padova, na Itália, compartilhou durante o evento sua experiência ao denunciar o projeto Escola Sem Partido ao Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra.

O que é e como atua a Campanha Nacional pelo Direito à Educação? A Campanha é um movimento da sociedade civil composto por mais de duzentas organizações em todo o Brasil. Ela surgiu em 1999 e foi impulsionada por grupos da so-

iedade civil que participaram da Cúpula Mundial de Educação em Dakar, no Senegal, em 2000. Neste mesmo ano, ocorreu o Fórum Mundial de Educação, em um momento em que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) estava estabelecendo as metas do programa Educação Para Todos. Então, grupos da sociedade civil organizaram-se para monitorar essas metas e nesse contexto nasceu a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Esse trabalho em rede foi crescendo, principalmente no monitoramento de leis e proposições políticas. Este ano, a Campanha está comemorando 17 anos de conquistas. Já intervimos em leis como a de inclusão da educação infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); a lei das cotas; a lei de aprovação do Plano Nacional de Educação. A Campanha funciona por meio de seus comitês regionais. Aqui no Rio Grande do Sul, tem grupos muito fortes que atuam no monitoramento municipal e estadual para fortalecer a atuação nacional no Congresso de cobrança por uma legislação que respeite o direito à educação. O comitê diretivo é composto por 11 entidades, que têm consenso nessa pauta política que a gente vai atuar nacional e internacionalmente.

Como foi o processo de envio da

carta para a ONU?

Nós começamos esse processo de denúncia mostrando para os relatores da ONU – que são as instâncias máximas do monitoramento do Direito Humano à educação e da liberdade de expressão – os riscos que o Brasil está vivendo. Conversamos com diplomatas e contamos a leitura errônea que o [movimento] Escola sem Partido faz da Constituição do Brasil, mostrando dados e pontos de sua inconstitucionalidade. Imagina você restringir a liberdade de expressão dos professores. Isso é evitar a fala sobre fatos históricos de momentos políticos que o Brasil viveu, por exemplo. Sem falar dos preconceitos contra os homossexuais e as questões de gênero que esse movimento tem disseminado. Então, em julho do ano passado, o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) enviou uma carta à Relatoria Especial por Liberdade de Expressão da Organização das Nações Unidas (ONU). Em novembro, estivemos pessoalmente com a relatora para o direito humano à educação, Koumbou Boly Barry, em Genebra. Além dessa reunião, fizemos um documento de denúncia, o qual foi atualizado presencialmente agora em abril. Nele foram adicionados os últimos fatos que evidenciam denúncias de todo o contexto do Escola Sem Partido, como a retirada das questões de gênero da Base Nacional Comum

Curricular. Também foi acrescentada uma explicação das relações desses fatos com a violação do direito à educação. Esse nosso trabalho foi realizado em termos legais e jurídicos para mostrar, por meio de alguns casos concretos, o que de fato o Escola sem Partido tem de contrário à legislação que o Brasil é signatário internacional e nacionalmente. Foi um trabalho na esfera internacional, mas feito para gerar pressão no âmbito nacional.

Quais foram os argumentos apresentados neste documento?

Apresentamos a questão da retirada da palavra “gênero” dos planos municipais e estaduais de educação. Então, levamos as notas taquigráficas, ou seja, notas dos discursos da Câmara dos Deputados, do líder do movimento Escola sem Partido falando de forma pejorativa dos homossexuais na escola. Mostramos também o problema da Base Nacional Comum Curricular, por ter tido duas versões no próprio dia de divulgação, em sete de abril, em que excluía as questões de orientação sexual. Além disso, falamos do movimento dos professores, como o liderado por Fernando Pena e por vários outros, que denunciam casos de repressão dentro da escola e da sala de aula. Apresentamos também o caso do vereador de São Paulo, Fernando Holiday, de tentativa de inspeção em escolas, para ver se havia doutrinação.

Quais foram os principais desdobramentos dessa denúncia?

O principal resultado dessa denúncia foi a ONU ter encaminhado uma carta oficial com tudo isso registrado, cobrando do governo um posicionamento. Além de poder pegar a carta traduzida e levar para as universidades, para as Câmaras de Vereadores e mostrar que a ONU já aponta as violações das propostas do Escola sem Partido. Em termos legais, são violações gravíssimas aos sujeitos de direitos – às crianças, aos adolescentes, jovens, adultos e idosos – que estudam nas escolas brasileiras e não vão ter direito de acesso a fatos históricos e a discussões em um nível mais elevado. Isso é muito grave, temos urgentemente que barrar esse movimento.

Quais são os próximos passos?

É realizar encontros como esse em outras universidades, ir às câmaras municipais e estaduais, para tentar parar a tramitação dos projetos, e influenciar vereadores e deputados. Enfim, mostrar esses documentos e fazer denúncias de casos específicos nos mecanismos internacionais.

Vanessa Petuco,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Jornalista e coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação Maria Rehder qualifica o Escola Sem Partido como uma restrição à liberdade de expressão dos professores

Guerra de versões

Venezuela Na iminência de uma guerra civil, embate entre chavistas e opositores segue no país

Samantha Klein

A médica Coreli Mendoza Lopez faz parte do Programa Mais Médicos desde 2014. Junto com o marido gaúcho, Diego Bertol, achou que seria uma boa ideia viver no Brasil e fugir de um governo com o qual não concorda. Residentes em Porto Alegre, ela trabalha na Unidade Básica de Saúde Cohab Cavahada, na zona sul da capital. Adaptados à cidade, com uma filha que nasceu aqui, quando terminar o prazo do Programa, pretendem permanecer no país ou ir para a Europa, mas certamente não voltarão para a Venezuela. “Minha família é de lá, mas temos outras opções de trabalho. Em 1999, quando Chávez foi eleito, o que ele faria seria algo inovador como presidente. Supostamente, tudo seria para todos. Porém, uma coisa nos foi vendida, mas hoje sabemos que foram beneficiados somente os políticos da época”, ressalta a venezuelana.

Protestos – As manifestações contra o governo de Nicolás Maduro são quase diárias na Venezuela desde abril. Pessoas morreram em confrontos e milhares foram

detidas pela polícia. A professora da UFRJ e do Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-Americana (Hedla/UFRGS), Carla Ferreira, teme que uma guerra civil seja deflagrada. A pesquisadora ressalta que a influência internacional da ascensão de Donald Trump à Casa Branca contribuiu para o acirramento dos protestos. “Se por um lado existe uma divisão do chavismo dentro do governo, a eleição dele deu espaço para um setor mais agressivo da oposição com a crença na saída de Maduro pela força. Quando Trump fala em possível bloqueio econômico, gera-se a possibilidade de mais confrontos porque a Venezuela é extremamente dependente do fornecimento de insumos do exterior.”

Enquanto o quebra-quebra ocorre nas ruas, Maduro deslegitimou a Assembleia Nacional da Venezuela. Sem apoio parlamentar, nenhuma proposta do governo é aprovada e o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) declarou o Legislativo em “desacato”. Já a Assembleia Nacional Constituinte, cuja votação ocorreu em 30 de julho deste ano e teve o resultado contestado por suposta fraude eleitoral, aprovou a cassação da procuradora-geral Luisa Ortega Díaz e a suspensão do direito de ela exercer qualquer cargo público. Ortega Díaz, que é simpaticista do chavismo, converteu-se em uma das principais críticas do governante.

Ações como essas, além da prisão de opositores e censura à imprensa, configuram em uma escalada rumo a uma ditadura, de acordo com o docente Marcelo Portugal, do Departamento de Economia da

UFRGS. “O que Venezuela, Cuba e Coreia do Norte têm em comum é a economia socialista associada ao poder militar. A força da arma está sustentando as ações dos governos nos três casos. A diferença é que a Venezuela está em processo de se tornar ditatorial. Só o exército venezuelano poderia modificar o cenário, mas aparentemente não vai,” avalia.

As origens – O problema da Venezuela teria surgido com o contrato social firmado entre empresários e governos no período entre 1958 e 1998, afirma o professor de Relações Internacionais da Univali - Universidade do Vale do Itajaí -, Daniel Corrêa da Silva. O país caribenho foi o único a não ter uma ditadura, contrariando o resto da América Latina. A partir de um contrato implícito entre as empresas detentoras do monopólio da exploração do petróleo, nenhuma política de diversificação da economia foi implementada.

Nesse sentido, o principal obstáculo aos venezuelanos é a maldição do ouro negro, conforme o professor de Relações Internacionais da Unisinos, Bruno Lima Rocha. “A Venezuela teve a primeira turma de engenheiros de minas formada em 2009. Isso dá uma ideia da imensa dependência externa. Os profissionais eram terceirizados por subsidiárias da PDVSA (estatal petrolífera) cuja administração é permeada pela corrupção”.

Com isso, a queda internacional dos preços do barril do petróleo está na base do recente descontentamento que parece ser generalizado, assim como a incapacidade na diver-

sificação de produção nacional. A partir da morte de Hugo Chávez, a situação piorou significativamente. “Acredito que esse acirramento se deve ao desaparecimento do Chávez que tinha capacidade de unir o campo do chavismo que hoje está fraturado. Muita gente reivindica o legado de Chávez, mas a oposição nunca aceitou a eleição de Maduro. O país está rachado”, sustenta Bruno.

Desde 2015, o país enfrenta uma escalada de dificuldades, principalmente em sua base econômica. “Não ter feito um controle maior sobre a movimentação de capitais é um erro grave, porque há um processo de exportação massiva de petróleo, mas há um acúmulo de divisas cuja legislação não obriga a conversão dos dólares em bolívares. Os exportadores, vários deles dentro a PDVSA, começam a especular para fora dos limites locais, causando a desvalorização da moeda local e o consequente processo inflacionário”, explica o professor Daniel.

Difícil solução – De acordo com a pesquisadora Carla Ferreira, o problema não seria sanado com a renúncia de Maduro, porque a oposição não pretende resolver o desabastecimento. “A situação, no máximo, seria aliviada momentaneamente”, ressalta. E acrescenta: “o saque das riquezas do país continuaria. Em médio prazo, a riqueza petrolífera seria exaurida e não haveria uma alternativa econômica. Nunca se teve um projeto de diversificação econômica. O processo bolivariano tentou, mas não conseguiu. Isso tem relação com a oligarquização da América Latina em que os privilegiados não admitem ter seus

privilégios limitados”.

Para a docente, a única forma de resolver a crise de alimentos e medicamentos seria a intervenção do governo. Atualmente, a importação é subsidiada pelo Estado. Os comerciantes e empresários, por sua vez, não repassam o subsídio para a população. Eles esvaziam as prateleiras e vendem as mercadorias a preços mais elevados no mercado livre. “Por isso, o governo teria de tomar uma atitude de enfrentamento à especulação com a abolição dos preços e importação direta, mas o temor é pelo bloqueio comercial à semelhança de Cuba”, sentenciam.

Já o economista Marcelo Portugal afirma que a suposta sabotagem à economia é um “papo” de todo governo socialista. “Na ex-URSS falava-se a mesma coisa. Mas a verdade é que a forma de organização socialista não consegue produzir os bens que a sociedade demanda e o governante da vez inventa o inimigo externo, que nada mais é do que um fantasma criado para encobrir os defeitos do sistema.”

Em outra frente, os Estados Unidos e a Espanha subiram o tom da crítica contra o governo de Nicolás Maduro. Recentemente, sanções foram impostas pelo governo estadunidense ao presidente da Venezuela. Ao mesmo tempo, documentos revelados pelo Wikileaks mostram que o governo americano, em diversas oportunidades, vem financiando a ação dos opositores venezuelanos. Apesar do desejo de alguns cidadãos como a médica Coreli, uma intervenção militar externa tem chances remotas, de acordo com o professor Portugal.



Manifestações contra e a favor do Chavismo ocupam as ruas de Caracas e de outras cidades venezuelanas

Cortes de verbas já afetam universidades



ALEXANDRE DE MORAES/DIVULGAÇÃO

Universidades Federais Presidente da Andifes analisa a política de contingenciamento do governo que reduz desde as verbas de custeio até o suporte para pesquisa

Jacira Cabral da Silveira

No final de março deste ano, os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento) anunciaram o contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões no Orçamento de 2017. Entre os três ministérios com maior corte está o da Educação, que sofreu uma redução orçamentária de R\$ 4,3 bilhões. Esse montante reduziu o orçamento da Lei Orçamentária Anual (LOA) em 12%, para R\$ 31,4 bilhões. Emmanuel Tourinho, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) analisa os impactos do estrangulamento econômico das universidades e teme retrocesso na área da pesquisa.

Quais os cortes de recursos aplicados às universidades?

De 2014 a 2017, o orçamento das universidades federais reduziu em mais de 50%. Além disso, os valores de manutenção para 2016 e 2017 não foram corrigidos pela inflação; ao contrário, também foram reduzidos. Em suma, aumentaram os custos e os recursos são menores. Para piorar, parte das verbas está contingenciada. Até agora, só tivemos a liberação de 75% dos recursos de custeio e 45% dos de investimento do orçamento de 2017. No mesmo período, houve expansão das matrículas, embora com taxas menores do que nos anos anteriores, e isso não está sendo contemplado com verbas orçamentárias. Como o processo de expansão das universidades ainda não está concluído, é muito provável que tenhamos uma nova elevação das matrículas em 2017.

Que impactos tais cortes terão no gerenciamento das universidades federais?

Os problemas variam de uma instituição para outra, mas todas estão enfrentando dificuldades. Muitas obras estão inacabadas e o atraso em sua conclusão vai resultar em elevação do custo; serviços como limpeza e vigilância estão sendo reduzidos; o pagamento das despesas como energia elétrica é cada vez mais difícil. Projetos importantes para o desenvolvimento acadêmico e científico das instituições precisam ser adiados.

Qual será a repercussão nas políticas de cotas e na assistência estudantil?

As políticas de cotas estão mantidas pelas universidades, mas o apoio aos novos discentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica é um desafio. Embora expressivos quando comparados com as verbas de manutenção, os orçamentos da assistência estudantil reduziram em 3,5% em 2017, na comparação com 2016, e são insuficientes para atender a demanda. A menos que tenhamos um reajuste na matriz da assistência estudantil, não será possível expandir o apoio aos alunos carentes. O contingenciamento também poderá afetar o pagamento de auxílios já concedidos. Até agora, esses auxílios continuam sendo pagos, mas é necessário descontingenciar o orçamento da assistência estudantil para que não ocorra sua interrupção.

E a folha de pagamento dos servidores?

Até o momento, os salários estão sendo pagos em dia, mas nos preocupa muito o anúncio de que os reajustes já acordados

para 2018 poderão ser adiados para 2019. É inaceitável que isso ocorra, pois será mais uma redução no poder de compra dos trabalhadores das universidades.

Como honrar compromissos com terceirizados?

A única maneira é descontingenciar os orçamentos de 2017 e atualizar o orçamento para 2018, de modo a cobrir a variação da inflação e a expansão do sistema. Os contratos para serviços terceirizados consomem cerca de 65% dos recursos de custeio e têm reajustes anuais reajustados anualmente. Mesmo com o descontingenciamento integral, muitas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) poderão ter dificuldades para manter em dia os pagamentos das empresas.

Como vem sendo a interlocução com o MEC?

Temos procurado defender com firmeza o entendimento de que é preciso descontingenciar e corrigir os orçamentos das universidades. O MEC, por sua vez, nos coloca os limites definidos pela área econômica e pela PEC do teto de gastos como empecilhos para as liberações pleiteadas. Para 2018, por ora, temos apenas o compromisso de que não haverá nova redução nos recursos de manutenção das Ifes e a atualização da matriz de distribuição dos recursos de custeio com base no Censo 2016 da Educação Superior. Após esse ajuste, há um compromisso do MEC de fazer uma equalização, para que nenhuma universidade tenha, em 2018, um orçamento de custeio menor do que em 2017. Algumas terão elevação desse valor

com base naquela atualização da matriz. Na assistência estudantil, a proposta do MEC é repetir os valores de 2017, mas estamos insistindo na necessidade de correção. Ainda não temos a informação sobre os recursos para investimentos.

A extensão também sofrerá cortes?

Já está sofrendo. Com menos recursos de custeio, a capacidade de as Ifes apoiarem projetos de extensão fica reduzida. Este ano, também não tivemos o edital do PROEXT. Temos um potencial enorme para o desenvolvimento de atividades extensionistas, que contribuem para a formação dos nossos discentes, ao mesmo tempo em que atendem demandas importantes da comunidade. Isso tudo está prejudicado pela limitação nos orçamentos.

A pesquisa nas universidades federais será afetada?

A situação é grave em todas as direções. Muitos grupos estão sem financiamento para iniciar projetos novos e estão perdendo a competitividade em âmbito mundial. Custará muito mais caro, no futuro, recolocar o país no mesmo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico em que se encontrava há alguns anos. Isso, obviamente, vai gerar perdas econômicas enormes para o país. Apenas no futuro, quando não tivermos mais a mesma capacidade de gerar soluções para os nossos problemas, a sociedade se dará conta do atraso que está sendo imposto ao país com a descontinuidade do financiamento da pesquisa científica e tecnológica.



DESTAQUE



O professor e tradutor Donald Schuler no Conferências UFRGS 2014

Universidade em debate

Educação Conferências UFRGS antecipa reflexões a serem abordadas em encontro sobre ensino superior na América Latina e no Caribe em 2018

Em 1918, estudantes da Universidade de Córdoba e posteriormente toda a comunidade acadêmica argentina lideraram um movimento que influenciou decisivamente o desenvolvimento da educação superior dos países hispânicos, latinos e caribenhos. Denominado de Reforma de Córdoba, o movimento levantou pautas como a autonomia universitária, a liberdade de cátedra, a pesquisa como responsabilidade da universidade, a extensão como compromisso social e a participação dos estudantes na escolha dos dirigentes. Esse contexto, além de reformular o estatuto da Universidade de Córdoba, serviu de modelo para todas as instituições de ensino superior dos países de língua hispânica da América Latina e Caribe, as quais passaram a aderir às bases programáticas da Universidade de Córdoba.

Inspirada nesse movimento, a Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) realizará a sua terceira edição 100 anos após a Reforma de 1918, na Argentina. O evento tem a finalidade de gerar estudos, diagnósticos e acordos que permitam a construção de um sistema integrado e comprometido com as necessidades dos países da região. Além disso, os resultados desse encontro contribuirão para a elaboração da agenda preparatória dos países da América Latina e do Caribe para a próxima Conferência Geral sobre o Ensino Superior,

organizada pela Unesco.

Nesse contexto, a Universidade organizou o Conferências UFRGS 2017. Inaugurado no dia 16 de agosto, o evento reúne onze palestras de docentes da Universidade e aborda temas como direito à educação superior, diversidade cultural e interculturalidade, desenvolvimento sustentável. Segundo seu curador, Carlos Alexandre Netto: "A comunidade universitária do continente entende que é preciso lutar para a manutenção dos princípios gerados pela Reforma e, sobretudo, pela educação superior pública de qualidade". E enfatiza: "O encontro ocorre especialmente no momento em que crises de valores, de ética e de poder parecem não conhecer limites e seguem diminuindo as possibilidades de construção de cidadania democrática". O Conferências UFRGS 2017 é uma iniciativa pioneira no Brasil, que objetiva dar um norte para a contribuição nacional à CRES 2018.

As próximas palestras do Conferências UFRGS ocorrerão nos dias 13 de setembro; 25 de outubro; 08, 22 e 29 de novembro; 06 e 13 de dezembro; e 17 de janeiro. Todas as atividades ocorrerão no Salão de Festas da Reitoria, às 19h. Inscrições e mais informações podem ser obtidas em www.ufrgs.br/cres2018ufrgs.

Vanessa Petuco,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

CINEMA

Ciclo de Debates "Imagens em Movimento"

Promovido pelo Museu da UFRGS e pelo Centro de Memória do Esporte (ESEFID), o Ciclo de Debates tem o objetivo de problematizar e provocar uma reflexão crítica sobre o esporte e suas diferentes manifestações: lazer, alto rendimento, saúde e bem-estar.

Munique 1972 - Um dia em Setembro

O filme retrata o episódio ocorrido em 1972, quando oito terroristas palestinos do grupo Setembro Negro invadem os quartos dos atletas e mantêm o grupo israelense como refém nos Jogos Olímpicos de Munique, na Alemanha, resultando na morte violenta de onze atletas. Sessão: 28 de setembro, às 17h30 Local: Museu da UFRGS

ESPECIAL

FRONTEIRAS DO PENSAMENTO

O projeto tem a proposta de realizar uma análise profunda da contemporaneidade e das perspectivas para o futuro.



Thomas Piketty

Economista francês, Piketty é reconhecido mundialmente por suas pesquisas sobre economia da desigualdade e redistribuição da renda. Abordou o tema em sua tese de doutorado, defendida na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais da França e na London School of Economics. É autor de "O Capital no Século XXI" e "A Economia da Desigualdade". Data: 28 de setembro, às 19h45 Local: Salão de Atos

SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTÉTICA, HERMENÊUTICA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Com a presença de grandes intelectuais, o evento procura de-

bater um dos pontos centrais da filosofia dos séculos XIX e XX: a estética com a sua recepção, seus alcances e seus limites no pensamento da atualidade. Data: 28 de setembro, às 9h Local: Museu da UFRGS Inscrições gratuitas e realizadas no dia e no local do evento.

EXPOSIÇÃO

BIENALSUR

A primeira Bienal Internacional de Arte Contemporânea da América do Sul traz a Porto Alegre três exposições de dois artistas visuais:

TERESA PEREDA LUZ

A artista utiliza o elemento terra na construção de uma estética que aborda o vínculo homem-terra. Visitação: de 27 de setembro a 15 de dezembro Horário: das 10h às 18h Local: Salão de Festas

HUMUS - LA PIEL NO CALLA

Vídeo que registra a potente pulsão que exerce o surgimento de água proveniente de um curso subterrâneo. Visitação: de 27 de setembro a 15 de dezembro Horário: das 10h às 18h Local: Câmpus Saúde



TRINDADE E MARTIM VAZ: PESQUISA E CONSERVAÇÃO EM ÁGUAS OCEÂNICAS

As fotografias foram obtidas durante as sete expedições realizadas à Ilha da Trindade por pesquisadores e alunos do projeto A Fauna de Odontocetos do Brasil, Biogeografia e Taxonomia: Subsídios para Conservação, financiado pelo CNPq e pela Marinha do Brasil. Visitação: de 08 de agosto a 02 de setembro Horário: das 08h às 18h Local: Saguão da Reitoria

JOËL ANDRIANOMEARISOA LE LA TOUR DU MONDE Instalações no espaço público da Univer-

sidade, distribuindo cartazes com frases em diferentes idiomas em alguns pontos do câmpus Centro e Vale, buscando uma relação diferenciada com aqueles que transitam por esses espaços. Visitação: de 27 de setembro a 15 de dezembro Local: Câmpus Centro e Câmpus Vale

REFLEXOS DO ESPECTRO

A exposição traz 28 obras, entre pinturas e desenhos, da produção recente do artista Eduardo Vieira da Cunha. É o resultado de uma pesquisa plástica em que o imaginário do espelho aparece como uma procura pelo mistério da imagem. São os reflexos do espectro. Visitação: de 05 de setembro a 06 de outubro, das 8h às 18h Local: Saguão da Reitoria



TRAJETÓRIAS DANÇANTES: JOÃO LUIZ ROLLA

Tendo como tema central a Escola de Dança João Luiz Rolla, a exposição procura descrever a constituição e trajetória da dança no cenário cultural entre 1951 e 1985. Visitação: 06 de setembro a 05 de outubro, Horário: de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h; aos sábados, das 9h às 13h. Local: Museu da UFRGS

MÚSICA

Interlúdio

Projeto do Departamento de Música da UFRGS busca divulgar a atuação dos alunos em formação, além de oferecer à comunidade acadêmica a chance de entrar em contato com a música de câmara de uma maneira diferente da habitual.

WENDELL RODRIGUES DA ROSA E LOUISE NUNES Com repertório para piano e contrabaixo, a dupla de estudantes da UFRGS interpretará Eccles, Dittersdorf e Dragonetti. Wendell Rodrigues da Rosa

curso Bacharelado em Contrabaixo Acústico no Instituto de Artes e Louise Nunes cursa mestrado em Práticas Interpretativas e integra o Coro Sinfônico da OSPA. Apresentação: 05 de setembro, às 12h30 Local: Salão de Atos

RAFAEL IRAVEDRA Nascido na Argentina, Rafael Iravedra é doutorando em Práticas Interpretativas pela UFRGS. No repertório para violão solo, ele interpretará nomes como Astor Piazzola e Gustavo Leguizamón. Apresentação: 26 de setembro, às 12h30 Local: Sala Fahrion

CORAL VIVA LA VIDA Repertório variado com músicas e arranjos inéditos. Um dos objetivos do espetáculo é difundir tanto a cultura canto coral como a música vocal cappella.

Apresentação: 26 de setembro, às 12h30 Local: Hospital de Clínicas (hall do 2º pavimento)

TEATRO

P.S. LEILA DINIZ

Ambientada no Rio de Janeiro nos anos 1960 e 1970, o espetáculo parte da histórica entrevista da atriz Leila Diniz (1945-1972) para o periódico Pasquim, além de episódios anteriores de sua vida até chegar à sua morte. Apresentações: 06, 13, 20 e 27 de setembro, às 12h30 e 19h30 Local: Sala Qorpo Santo Classificação indicativa: 14 anos Entrada franca com retirada de senhas uma hora antes do início da sessão.

ONDE?

► **Sala Qorpo Santo**
Av. Paulo Gama s/ nº
Fone: 3308.3080

► **Museu da UFRGS**
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Salão de Atos**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3058

► **Sala Fahrion**
Av. Paulo Gama, 110, segundo andar da Reitoria
Fone: 3308-3034

► **Hospital de Clínicas**
Ramiro Barcelos, 2350
Fone: 3359.8000

► **Saguão da Reitoria**
Av. Paulo Gama s/ nº
Fone: 3308.7000

► **Salão de Festas**
Av. Paulo Gama s/ nº
Fone: 3308.7000

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



A cara do litoral norte

“Aqui, somos vistos como pessoas e não como números. Os servidores e professores sabem quem é cada um de nós.” Assim, Matheus Volf, de 21 anos, conta sobre o seu local preferido na UFRGS: o câmpus litoral norte, onde estuda Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT). Morador do município de Cidreira, com aproximadamente 14 mil habitantes, viu a oportunidade de entrar em uma universidade federal quando a UFRGS inaugurou o câmpus, em Tramandai, em novembro de 2014. Isso permitiu a criação de um vínculo maior com a instituição, pois antes a população litorânea precisava se deslocar até Porto Alegre ou estudar em faculdades privadas mais próximas. Formando-se na primeira turma de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT), neste ano, Matheus ressalta que uma grande família foi criada: “Nós construímos esse espaço juntos. Tem a cara dos moradores do litoral, tem a nossa personalidade”, destaca.

O BICT possibilita ao aluno o diploma em dois cursos de ensino superior em apenas cinco anos: primeiro, há o bacharelado em ciência e tecnologia e, depois, pode-se optar por um mestrado ou pelos cursos de engenharia de gestão em serviço e de desenvolvimento regional ou pela licenciatura em geografia. Para Matheus, o diferencial é justamente a análise sistêmica oferecida: “Não se pensam analítica e isoladamente as disciplinas. Disponibilizam-se várias ferramentas para se resolver os conflitos que polarizam a sociedade”. O câmpus foi fundamental para que ele percebesse que escolheu a profissão certa, pois a dinâmica é diferenciada. “O caráter é mais acolhedor, não é tudo rápido, movimentado e agitado, onde se está sempre pressionado. O litoral traz tranquilidade, o que acalma e dá leveza para se concluir as avaliações e se trilhar o caminho acadêmico”, comenta.

Segundo Matheus, o câmpus litoral, com cerca de 260 alunos, vem sendo construído pelos estudantes. Nesse sentido, ele

considera que não há apenas um ambiente favorito: “São vários, contudo, o saguão sempre foi onde jogamos truco e, nesse semestre, foi feito o bar dos formandos ali. Ano passado, tivemos o local do diretório acadêmico, que também decoramos do nosso jeito”, pontua. Quando se pensa no litoral, é comum que logo venha à imaginação a praia. Entretanto, no inverno, isso se inviabiliza. “Perto do verão é que vamos à beira do mar. Quando tem as provas finais, há a vantagem de ir ali relaxar. É uma beleza paisagística em que vemos, por exemplo, os aerogeradores de nossa sala”, revela. As saídas de campo, atividades de seu curso, foram essenciais para a vivência de diferentes realidades, de forma que ele e os colegas puderam ampliar seus horizontes. “Já fomos para Argentina, Paraguai, Rio de Janeiro e São Paulo. Imagina para mim e os colegas, que sempre estivemos em uma cidade pequena, sermos largados no metrô de São Paulo. É enriquecedor ao nosso conhecimento”.

O câmpus foi um vetor para o seu amadurecimento. Conviveu com pessoas que trouxeram histórias de superação. “Criei um olhar diferenciado. Foi incrível conhecer colegas mais velhos, que não acreditavam que teriam essa chance de estudar. Minha visão de mundo se modificou”, reflete. Para ele, o espaço envolvente do litoral o tornou mais humano, enxergando os outros como semelhantes. Agora, Matheus pretende retornar para se especializar em Desenvolvimento Regional, pois o que mais gostou no curso foram as disciplinas que analisaram criticamente como as relações sociais se estruturam: “Aprendi a questionar e indagar, nunca a me acomodar”. Restará a saudade de sua turma e o desejo de seguir construindo o câmpus com a cara do litoral.

Camila Souza, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Sobre letras e poesia

Everton Cardoso

“De um antigo aluno da UFRGS” dizia o assunto do e-mail que chegou à caixa de mensagens do JU. O remetente era Raul Machado, que se identificava como “Licenciado em Letras Neolatinas pela UFRGS, na década de 50 do século passado”. No corpo da mensagem, um conjunto de poemas reunidos sob o título *Metapoemas* – que, ele faz questão de marcar, representam suas reflexões sobre o próprio fazer poético. A intenção inicial era colocar em circulação sua produção, mas o personagem por trás dela parecia interessante demais para que fosse negligenciado pela redação do JU.

“A passeata dos bixos era uma festa gigantesca em Porto Alegre. Toda a população ia para a Rua da Praia; atiravam confetes e serpentina de cima dos prédios. Era uma festa de todas as faculdades que existiam na Universidade”, lembra sobre o grande evento que marcava o ingresso anual de novos estudantes na UFRGS. O de Raul ocorreu em 1953 e exigiu-lhe preparação: “Tive que me fantasiar. Eram roupas variadas, cada um se vestia como queria. Havia um concurso de qual era a faculdade que mais bem se apresentava. A Medicina sempre ganhava, aparecia gente de tudo que é jeito”, conta gesticulando para demonstrar que essa gente vinha ferida, com partes da anatomia à mostra.

A rotina do então estudante não era das mais tranquilas: tinha aulas todas as manhãs e tardes; à noite, lecionava em cursos diversos. “Naquela época, dava aula de português, francês e depois conclui o curso de inglês e ainda

estudei alemão”, lembra. E enfatiza: “Eu gosto de línguas, é o meu campo, a linguística em geral”. Da rotina acadêmica, lembra da surpresa que tivera: parecia-lhe semelhante demais ao que vivera na educação secundária. Os exames orais, sim, o marcaram: os professores lhe pediam que dissertasse sobre um determinado escritor.

A memória que lhe resta de seus mestres carrega uma admiração bastante profunda. “Lembro de todos praticamente. O de Literatura Brasileira era o Guilherme César. Ele era um brilhante orador, mas um péssimo professor. Dava dez pra todo mundo, não queria corrigir prova, achava muito chato”, diverte-se. Recordar-se, ainda, do professor Back, de francês – “um médico” –, e do Ledoux, de literatura francesa – “um belga” –, mas é de Angelo Ricci, de italiano, de quem ele fala com maior entusiasmo: “Era genial; as aulas dele eram brilhantes. Ele falava de Petrarca, Boccaccio e de todos aqueles grandes escritores do Renascimento italiano e eu adoro italiano!”.

O nome Raul herdou de seu homônimo cujo sobrenome é Pilla: “Meu pai gostava dele, pois pretendia uma nova forma de governo, que existe na Europa, o governo parlamentarista”. Depois de graduado – em gabinete, recebera o diploma das mãos do então reitor Elyseu Paglioli –, começou a lecionar no Colégio Júlio de Castilhos. Depois disso, seguiu como supervisor de ensino da Secretaria Estadual da Educação. Hoje, aposentado, vive em Guaíba e se dedica a traduzir suas inquietações e ideias para escrita poética.

PALAVRA

*Entre mim e o mundo
serpenteia a palavra mais precisa
que meu olho
pois só vejo o que nomeia.
E o mundo só o sei através dela,
preso no emaranhado de sua teia
Ora é lenta a aumentar-me o espanto,
ora é névoa a turbar-me o encanto.
Ao doce enlevo da rima, se rebelo,
se faz ausente
e vai habitar um novo olho
outra mente
ou se entrega fácil, bela
com sofreguidão que mal posso
acompanhar-lhe o passo
e num repente, se funde
na multidão das palavras
para sempre
inexistentes.
E eu fico com os dedos
Impotentes
a sustentar o lápis
sobre o exílio branco do papel,
a guerrear em mim
este combate ingente
sem pouso, trégua
e sem quartel.*

REBELDE

*A poesia não cai de joelhos
nem bate com a testa no chão
atapetado das mesquitas.
A poesia não obedece aos sinos
celebrantes dos padroeiros.
A poesia só esmorece
ao contemplar o cosmos.
A poesia é solitária.
Por vezes, sarcástica
Por vezes, amorosa
Por vezes, ridícula
Por vezes, paciente
Por vezes, penitente.
A poesia adora voar descalça
por sobre as cambiantes nuvens.*

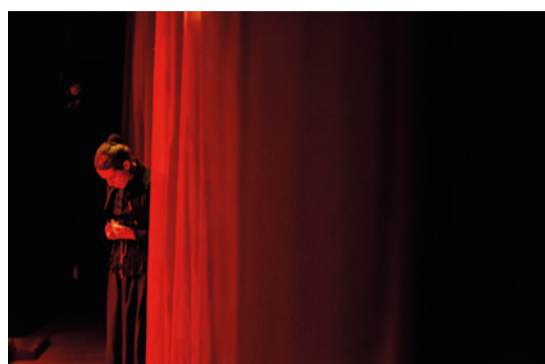


ACERVO PESSOAL

À esquerda, Raul Machado na parada dos bixos em 1953; acima, quando estudante na França em 1960.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



20 anos

FOTOS E TEXTO **FLÁVIO DUTRA**



O Jornal da Universidade completa, neste setembro, 20 anos. Tempo para pensarmos em possíveis mudanças e em novas formas de estabelecermos contato com a comunidade que procuramos dialogar. Um tempo, também, de olharmos para o que produzimos até agora e, para além da nossa crítica constante – “você problematizam tudo!”, diz um desavisado que nos vê em uma reunião de pauta, na diagramação de uma página, lendo um texto ou na avaliação de uma edição recente – comemorarmos o que foi realizado. Uma das propostas do atual projeto gráfico é a de valorização das imagens. Sempre procuramos aliar fotografias ou, em alguns casos, desenhos, pinturas ou reproduções de obras de artistas locais, vinculados à Universidade, de forma que a experiência visual ressalte as informações tratadas. Nesta edição de aniversário, recuperamos algumas das imagens que foram capa nos últimos 12 anos – o tempo em que eu, como fotógrafo e editor de fotografia, tenho colaborado com o Jornal da Universidade. Junto com as imagens, registramos a manchete e a edição na qual foram publicadas. Além desta página, estamos produzindo com estas e outras fotografias um conjunto de cartões postais que serão distribuídos na Universidade. É uma das formas que pensamos para marcar essa data tão relevante da produção de um veículo que, consideramos, contribui no campo da nossa atividade – a Comunicação – para que esta seja a cada dia uma universidade melhor.



Conhecimento em cartaz jul 2013	.1	1	
Questão de terra maio 2013	.2	2	
Vulneráveis ago 2015	.3	2	
Direitos Humanos em alerta maio 2010	.4	3	6
Expectativa na aldeia out 2012	.5	3	6
A vida sob as marquises jan 2016	.6	5	7
Cultura e incertezas jan 2017	.7	5	7
Viver com Aids dez 2012	.8	5	7
Remendos na cultura gaúcha nov 2008	.9	4	8
Saúde melhorada jun 2012	.10	4	8



Especial

JORNAL DA UNIVERSIDADE 20 ANOS

Ao chegar a 205 edições, a equipe do Jornal e seus enfoques seguem se transformando. Permanecem a busca pela qualidade do conteúdo e a valorização da reportagem.

TEXTOS ÂNIA CHALA, CAMILA SOUZA,
FELIPE EWALD E PAULA BARCELLOS
FOTOS FLÁVIO DUTRA E RICARDO ANDRADE



Juventude e experiência

“Eu estava em casa, desempregado, e meu amigo Clóvis Ott – já tinha trabalhado com ele na *Folha da Manhã* – me chamou para conversar”. Assim define o jornalista Ademar Vargas de Freitas como foi a sua entrada no JU. O ano era 1997 e a UFRGS fazia uma aposta na comunicação. Clóvis, experiente jornalista que desde 1991 trabalhava na Rádio da Universidade, foi chamado para atuar como editor-chefe do jornal por Maria Helena Weber (confira a entrevista na contracapa deste caderno), coordenadora de comunicação no início da gestão da reitora Wrana Panizzi. Para fazer o projeto gráfico e a diagramação foi convidado outro profissional com longa trajetória, Anibal Bendati, o qual passara por *Zero Hora* e *Correio do Povo*. Dos dois jornalistas já falecidos restam as recordações de amigos como Ademar.

Quando chegou na redação, no oitavo andar do prédio da Reitoria, Ademar já acumulava 30 anos de jornalismo – permaneceu no JU por outros dez. Na época, já havia parado de fumar por conta de sua saúde. “Mas o Bendati e o Clóvis eram como vulcões, de tanto que fumavam!”, recorda. “Clóvis subia o lance de escada do sétimo para o oitavo andar bem devagarzinho”, lembra. Essa fragilidade, no entanto, não se refletia em sua personalidade. Quando Clóvis morreu, em um perfil, Ademar o descreve assim: “forte por fora, doce por dentro, um leonino que falava alto e gesticulava muito. Se não era para dizer, ele já tinha dito”.

Esse temperamento forte muitas vezes fez com que entrasse em choque com Bendati, que não tinha papas na língua. “Vivia brigando com o computador e com o scanner e soltava palavrões a todo momento”, relembra Juarez Fonseca, editor de cultura até 2004.

Perfil – De qualquer maneira, revela Ademar, o convívio entre as pessoas dentro da redação era bom. Para ele, o JU sempre contou com gente muito importante, interessante e capaz, o que dava certo status fazer parte da equipe: “Os colegas jornalistas sempre respeitaram muito o JU”.

Da passagem pela redação, algumas de suas recordações mais fortes são das coisas que deixou de fazer. Lembra de um entrevistado que disse que era preciso uma nova onda hippie. Lamenta não ter usado essa colocação, que muito o impressionou, no título da matéria. Outra vez, entrevistou Moacyr Scliar, que afirmou várias vezes durante a conversa: “eu sou o menino do Bom Fim”. “E eu não usei isso como título!



RICARDO ANDRADE/JU

lo! O jornalismo é muito de título. Se ele te pega, tu vais ler”, sustenta.

O mais marcante, porém, foi um perfil que não fez – “E foi o melhor de todos!”, assegura. Quem realizou a proeza foi Ivo Stigger, que atuou como editor-executivo por um período – também estiveram na posição, enquanto Clóvis foi editor-chefe, Renato Hoffmann, Vera Spolidoro e Ida Stigger. “O que aconteceu foi o seguinte: o Ivo identificou uma pessoa que podia render um bom perfil e fez o texto. Era uma ascensorista com uma história interessante, casualmente parecida com a da minha mãe. Deu uma grande repercussão, e todo mundo vinha me dizer: ‘Bah, Ademar, que maravilha!’”, diverte-se com seu infortúnio. O elogio equivocado se devia ao fato de Ademar ser praticamente o titular do perfil, gênero que desenvolveu de maneira intuitiva até se consolidar como seção fixa. “Eu sempre fui interessado pelo lado humano das pessoas”, reflete o jornalista.

Cultura – O tom humanizador do perfil – que, no projeto gráfico de Bendati, era publicado na contracapa – contrastava com o teor mais político e engajado do restante do JU, ainda que encontrasse eco nas páginas de cultura editadas por Juarez Fonseca. Este chega ao jornal por convite de Clóvis, que já o conhecia de alguns anos de profissão.

“Gostava muito de trabalhar no JU. Era um jornal que não tinha medo de ser pesado, massudo, com muito texto. Algumas pessoas não gostavam por causa disso, não era bonitinho, graficamente aberto. Ele era preto e branco num tempo em que os diários já eram coloridos. Mesmo assim, o projeto gráfico do Bendati ganhou o prêmio ARI [de 1998]!”, observa.

“Era um jornal que não tinha medo de ser pesado, massudo, com muito texto.”

Juarez Fonseca

Para Juarez, uma das originalidades do JU era o fato de ser standard – tamanho de jornais como a *Folha de São Paulo* e *O Globo*, maiores e

com dobra horizontal – num ambiente cheio de tabloides – medida de todos os diários do RS à época. Outro aspecto marcante era a plena liberdade: “Praticamente não tínhamos censura”, assegura. Quanto a isso, no entanto, não há unanimidade nos relatos. Há histórias, por exemplo, de episódios de repreensão aos jornalistas. Ademar afirma também que, em pautas indicadas pela administração central, havia ponderação: “A gente se perguntava o que a reitora ia pensar”.

Renovação – Quando José Carlos Ferraz Hennemann assume a reitoria, no final de 2004, inicia-se um grande ciclo de mudanças no JU. A então secretária de comunicação, Sandra de Deus, convida a jornalista Ânia Chala para assumir como editora-chefe – posto que ocupou até 2016. Da equipe antiga, permaneceram apenas Ademar e a repórter Jacira Cabral da Silveira, que hoje é também subeditora. Para marcar a nova fase, encomenda-se um novo projeto gráfico, do qual fica encarregado o jornalista Juliano Bruni.

Ele iniciou na diagramação ainda com o projeto antigo. “Depois de duas edições, o Bendati manda um e-mail irado, com termos chulos inclusive, me xingando que eu estava mexendo no projeto dele. Logo a coisa se resolveu, com a entrada do

novo projeto [em julho de 2005]”, lembra Juliano. Segundo ele, o novo visual foi se firmando aos poucos: “Eu cheguei com um monte de ideias, mas tive que acomodá-las à realidade, seja das pessoas, seja da estrutura”.

Ele conta que precisava convencer os integrantes da redação das mudanças que vinha fazendo. Foi necessária adaptação a uma nova cultura. Mais tarde, quando o JU diminuiu de tamanho – num dos muitos esforços de redução de custos – foi preciso encurtar os textos. “Com o Ademar, por exemplo, foi uma dificuldade, porque escrevia muito. Ele reduzia um pouco e o resto queria dar um jeito de acomodar na página. Aí tem todo um rebolado para lidar com isso”, brinca o jornalista e diagramador. Ademar confirma: “Sempre escrevi muito. Depois tenho que cortar demais. Sou o terror dos diagramadores!”.

Juliano constata que no JU gozava de certa liberdade, o que percebeu claramente apenas quando foi trabalhar em empresas comerciais. “Aí, finalmente fiquei em paz com meu período no Jornal, porque ficou claro que, no que eu consegui no momento, fiz da melhor forma possível. Quando nos colocam um limite, percebemos a liberdade de movimento que tínhamos”, ratifica. E arremata: “Foi um tempo bem bacana, tenho muito orgulho”.

Momentos de uma história

Desde a sua primeira tiragem, o JU apostou em um gênero irreverente e crítico: a **charge**. Em sua edição número um já estampava em sua capa uma ilustração de Edgar Vasquez, sobre os riscos que corria a universidade pública; ao abrir o jornal, a página dois trazia uma charge de Ricardo Machado, e a matéria de cultura vinha com uma grande ilustração do icônico Santiago. A influência do gênero no JU vem de Aníbal Bendati, chargista e também diagramador. Membro da Grafar (Grafistas Associados do Rio Grande do Sul), Bendati consolidou o espaço da segunda página para tal gênero – a partir de novembro de 1998. Até outubro de 2001, esse espaço foi exclusivo do diagramador. A partir de então, chargistas como Kayser, Juska, Moa e Santiago também passaram a contribuir. Apesar de estabelecidas na página dois, muitas matérias utilizavam-se das charges para ilustração, como a grande reportagem sobre os males do cigarro (novembro/1997), ilustrada por



Bendati. A editoria de cultura também dedicou matérias ao tema da charge: em julho de 1998, circulou um ensaio em homenagem a Sampaolo (julho/1998) com renomados chargistas; e, em outubro de 2002, saiu a retrospectiva *30 anos de humor e denúncia*.

Um dos componentes mais marcantes no que diz respeito à identidade do JU tem sido as **entrevistas**. Ocupando, normalmente, três páginas localizadas no centro da edição, as entrevistas traziam figuras importantes e levantavam questões pertinentes à época e à Universidade. Gerd Bornheim, filósofo e professor, foi o primeiro entrevistado e falou



sobre assuntos como globalização, arte, ciência, filosofia e política – temáticas que acabaram norteando as entrevistas que a sucederam. Bornheim continuou fazendo parte da trajetória do JU até setembro de 2002, ano de sua morte. Por sua notável participação e relevância, a edição daquele mês recebeu uma reportagem especial dedicada ao filósofo. Depois dele, nomes como Lya Luft, Eva Sopher e Luiz Osvaldo Leite também passaram pelas páginas 6, 7 e 8 do JU. Contudo, um entrevistado que merece destaque é José Saramago. Em abril de 1999, o prêmio nobel de literatura do ano anterior recebeu o título de doutor honoris causa da UFRGS. O JU fez uma matéria especial sobre o evento e também dedicou-lhe duas páginas com uma entrevista marcante, em que o escritor expressou ideias pessoais, falou sobre costumes, política e, é claro, literatura.

As diferentes **manifestações culturais e artísticas** sempre ocuparam as páginas do JU. Na edição de novembro de 1999, circulou um encarte especial do concurso literário de poemas, crônicas e romances *Os Douros Anônimos na Causa do Saber*, em que venceu o conto *A echarpe de Iã*, da servidora Rosângela de Mello. Com a presença do jornalista e crítico musical Juarez Fonseca, a editoria de cultura reservou, desde o início, ao menos duas páginas para discutir dramaturgia, artes visuais, literatura e música, tanto no ambiente da UFRGS como no restante do Brasil e do mundo. Até o ano de sua saída do periódico, em 2005, observa-se grande destaque para entrevistas com personalidades do cenário cultural do estado. Há a presença de Luiz Carlos Barbosa Lessa (novembro/1999), que comenta sobre a sobrevivência da memória e da cultura do gaúcho. É significativo o espaço que o JU concedeu para a discussão do tradicionalismo, como se nota nas edições de outubro de 2005 e agosto de 2015, em que foram debatidas as raízes dos conflitos entre os gaúchos e a identidade desse povo. O JU também contribuiu para promover artistas locais, como o regente Antônio Carlos Borges-Cunha, professor de composição do Instituto de Artes, que lançou, em 2000, o seu primeiro CD pelo Departamento de Difusão Cultural da UFRGS. Eventos como a Bienal do Mercosul e a Feira do Livro foram amplamente divulgados. A partir de 2005, passa-se a dar mais ênfase a eventos culturais que se formam na Universidade ou que tenham alguma ligação com ela. A programação cultural do Unimúsica e resenhas sobre os lançamentos da Editora da UFRGS passam a predominar nessa seção, que retrata as



contribuições da Universidade para o polo cultural e artístico de Porto Alegre. É comum encontrar reportagens que mostrem as atividades desenvolvidas na instituição. A literatura também é bastante presente, de forma que se ressaltam personalidades importantes, como Machado de Assis e Simões Lopes Neto. A cultura divulgada na música aproxima-se mais do erudito que do popular, realidade que sofre mudança: em abril de 2006, há a matéria sobre o público que consome rock; em 2015, reportagens que tratam sobre o samba e o carnaval refletem a pluralidade do país. A ligação entre cultura e resistência entra em vigor e perdura no JU, como se pode ver na edição de julho de 2015, que analisa a questão do turbante e a valorização da identidade negra. Ademais, o Jornal relatou problemas enfrentados pelo setor cultural. A perda de acervos nacionais foi debatida na edição de maio de 2007. Em 2008, a escassez de textos de crítica cultural na academia e na mídia também mereceu problematização.

Chegou devagar, meio sem querer, mas conquistou seu lugar até hoje nas páginas do JU. Segundo o jornalista Ademar Vargas de Freitas, precursor da ideia, o **Perfil** não estava previsto inicialmente como uma editoria, mas acabou se consolidando aos poucos. Na primeira edição, encontrava-se na última página uma matéria sobre a professora emérita Maria Marques. Entre idas e vindas, esse modelo seguiu até abril de 1998, quando apareceu pela primeira vez a palavra Perfil no topo da página; entretanto, só se tornou uma editoria fixa a partir de agosto do mesmo ano. Uma característica da seção nos seus primórdios foi o destaque a servidores negros da UFRGS. Em março de 1998, foi contada a história de Maria Conceição Fontoura, então diretora do Departamento de Serviço Social e retornado ao Estudante. Na sequência, figuraram no Perfil Dona Marina, do Departamento de



mento de Histologia do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (agosto/1999) e Antonio Carlos Amaral dos Santos, famoso no prédio da Reitoria como "Casquinha" (julho/2001). Entre professores, alunos e servidores da Universidade, surgem também figuras de destaque, como a artista visual Alice Soares (março/2002), o cartunista Santiago (junho/1999) e o jornalista Aníbal Bendati (jan-fev/2000), personagem importante na história do JU, responsável pelo planejamento gráfico e pela diagramação. Em abril de 2008, já com o novo projeto visual consolidado, o Perfil ganha a companhia do *Meu Lugar* – uma parceria com a UFRGS TV que busca mapear alunos, servidores, técnicos ou professores com fortes ligações com algum lugar dentro da Universidade. A inovação gerou grande interesse na comunidade, que passou a enviar sugestões e, dessa forma, tornou possível que a editoria contasse histórias significativas.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, marcado por políticas neoliberais, foram onipresentes nas páginas do JU a questão da **defesa da universidade pública** – incluindo aí a manutenção da



gratuidade –, bem como o debate sobre o modelo de autonomia a ser regulamentado. Tais temáticas eram ventiladas em artigos de opinião, notícias e reportagens. Títulos como *Exterminando o futuro* e *A Universidade resiste* estampavam as páginas 3, 4 e 5 do JU na edição de abril de 1998, retratando os desafios que a instituição enfrentava. Além disso, grande parte das entrevistas eram feitas com figuras importantes, capazes de discutir esses tópicos, o que caracteriza o peso que estes tinham para o Jornal – e para a Universidade – na época. Uma entrevista a se destacar ocorreu em dezembro de 1998 com Jorge Brovetto, então reitor da Universidade de La República (Uruguai) e personagem relevante na defesa das universidades públicas. Assim constituiu-se a identidade do JU nos seus primeiros cinco anos, processo coroado com a grande cobertura dada à III Cumbre – Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-Americanas, inclusive com uma edição especial, em abril de 2002.

A **história da UFRGS** também foi tema de reportagens do JU que destacavam o resgate do patrimônio e de momentos inesquecíveis vivenciados por professores, servidores e estudantes. Exemplo disso é a reportagem publicada na edição de novembro/dezembro de 2009 sobre a primeira turma de Jornalismo formada na instituição após a obrigatoriedade do diploma (1968). O curso cresceu e inclusive mudou de localização. Funcionava, na época, no câmpus central junto à Filosofia e foi transferido, em 1970, para a rua Ramiro Barcelos. O contexto era de engajamento político, mas parte dos estudantes preocupava-se, principalmente, em trabalhar. Relatos de alunos dessa turma trazem reflexões, como o de Maria da Graça Fusquine: “Nossas trajetórias nos fizeram pessoas diferentes do que éramos naquela época”. Personalidades como Juarez Fonseca e Carlos Urbim compuseram aquele conjunto de jornalistas recém-formados.



Outro espaço consagrado ao resgate histórico foi a seção *Memória da UFRGS* – veiculada de janeiro de 2006 até dezembro de 2009, na página 2 –, que retrata, por meio de fotografias, episódios que marcaram a instituição e que descrevem a estrutura e o funcionamento da UFRGS no passado, como a localização de antigos prédios e a passeata dos calouros que incluía frases críticas ao sistema de ensino brasileiro nos anos 1960. Em julho de 2002, realizou-se uma edição especial sobre a recuperação de três prédios históricos que estavam sendo entregues à comunidade, quase três anos após o lançamento da campanha de restauração: a Rádio da Universidade, o Observatório Astronômico e o Curtumes e Tanantes, onde se instalaria o Museu da Universidade. A reportagem enfatiza sua importância para a comunidade, já que os prédios têm a função de preservar a memória social e cultural da cidade.

Em maio de 2003, o JU dedicou uma edição inteira à temática da **paz**. Trazia estampado na capa trecho de uma carta de Sigmund Freud a Einstein, em 1932: “Não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra”. A publicação veio à tona em um contexto de desdobramentos dos atentados de 11 de setembro de 2001, culminando na invasão do Iraque em março de 2003 – o que daria início a uma nova guerra. A edição procurou retratar, nas diferentes editoriais, ações e pessoas que se dedicavam a buscar a paz. A charge escolhida, característica da página dois, foi a ilustração de Santiago que ganhou o 1.º lugar no concurso pacifista *Guerra à Guerra*, da Sofia Press (Bulgária). Já nas páginas 10 e 11, a entrevista deu lugar a depoimentos de 119 alunos e servidores que responderam à pergunta: “O que é paz?”. Os artigos e reportagens abordavam desde a função acadêmica no combate à violência até a relação das religiões com a paz; uma página inteira foi dedicada a ilustrações de cartunistas com mensagens contra a guerra; por fim, o *Perfil*



trazia a história de Diza Gonzaga, que, após a morte do filho, criou a fundação Thiago de Moraes Gonzaga (Vida Urgente), trabalhando para diminuir as mortes no trânsito.

O tema **ciência**, hoje tão presente no JU, foi conquistando seu espaço em meio a um período predominantemente político. Antes de mais nada, o viés científico se faz presente por todo o Jornal, já que na seleção das fontes, privilegia-se a escolha de pesquisadores e professores da UFRGS. Como editoria, a amplitude de temas e assuntos pungentes se dá graças à característica da Universidade de desenvolver pesquisas inovadoras nos mais variados campos. Questões sobre a arqueologia, como uma matéria sobre a Pré-história do Rio Grande do Sul (janeiro-fevereiro/2002), pesquisas na agropecuária (março/2016) e etnomusicologia (dezembro/2016) refletem a diversidade que constitui a própria Universidade. Em 1999,



a edição de julho já abordava a polêmica discussão sobre os transgênicos; em janeiro-fevereiro de 2004, foi a vez de falar sobre as preocupantes mudanças climáticas – temática que reaparece em 2010. Outro assunto recorrente são as células-tronco, pauta de março de 2005, após a aprovação do projeto da Lei de Biossegurança, que reflete sobre as expectativas do tratamento de doenças como Alzheimer, Parkinson e diabetes. Com os avanços dos estudos no Brasil, a discussão reaparece em outubro de 2010. O JU sempre buscou também esclarecer assuntos pulsantes e atuais, como a construção da usina nuclear de Angra 3 – uma análise com pesquisadores da UFRGS (julho/2007) – e as divergências sobre as causas do aquecimento global (junho/2008). A ciência como temática não se restringe só à editoria específica, percorrendo também outros espaços da publicação. Em diferentes ocasiões, a seção *Especial* trouxe conteúdos como: explicações sobre uma infestação de erva-de-passarinho nas árvores de Porto Alegre (outubro/2005); o legado deixado por Darwin (abril/2008). A extinta seção *Debates* trouxe discussão sobre o real benefício do uso de biocombustíveis (junho/2007). Imagens da coleta de esponjas para uma pesquisa desenvolvida pela UFRGS em parceria com a Fundação Zoobotânica do RS foi o tema do *Ensaio* em janeiro-fevereiro/2008. Por fim, o Caderno JU de agosto de 2014 retrata a conquista de espaço da energia eólica.

Desde os primórdios, o JU abre espaços relevantes para a realização de **debates** e para o tratamento de **temas polêmicos**. A primeira reportagem especial, *Estado investe na indústria da morte*, de Valéria Ochoa, em novembro de 1997, teve como tema central o tabaco – e acabou sendo premiada. As quatro páginas evidenciam os investimentos do RS na indústria do cigarro, assim como dados revelando os malefícios do tabaco, manifestando a urgência de políticas públicas – que só viriam no ano seguinte, com o controle do tabagismo. Contudo, talvez uma das discussões mais inusitadas da história do Jornal se iniciou no mês seguinte. A mudança no título de um texto enviado pelo professor do Instituto de Letras Paulo Guedes por parte do então editor de cultura, Juarez Fonseca, fez com que aquele enviasse uma carta reclamando do ocorrido. As réplicas e trélicas acabaram por ser publicadas e só se encerraram em abril de 1998. Juarez diz não se ressentir: “Nós nunca tivemos pruridos de debater. O debate sempre foi uma coisa útil para discutir ideias. Era um professor da Universidade que estava se manifestando”. Após o resultado das eleições para governador

Em julho de 2007, o JU completava 100 edições. A publicação comemorativa foi a última em preto e branco, e anunciava na capa outra comemoração: a aprovação das **cotas raciais**. A partir do vestibular de 2008, 30% das vagas em todos os cursos de graduação seriam reservados para alunos vindos de escolas públicas e afrodescendentes. A matéria trazia a avaliação da comunidade acadêmica sobre as consequências da aprovação do projeto, além de disponibilizar todos os artigos presentes na resolução. O assunto foi acompanhado pelo Jornal desde junho de 2004, quando foi aberta a discussão sobre cotas. Em novembro de 2005, a seção *Debates* tratou do tema, abordando para que e para quem serviam as cotas raciais. Naquele momento, o projeto de estabelecimento de cotas para minorias étnico-raciais nas universidades públicas federais brasileiras já havia sido anunciado pelo Ministério da Educação, porém, até então, nenhuma ação havia sido tomada. No ano seguinte, em setembro, o JU também deu espaço para a cobertura do seminário sobre as ações afirmativas. O desfecho veio na 100.^a edição em forma de uma matéria especial sobre a aprovação das novas formas de ingresso. As discussões acerca do assunto, no entanto, não cessaram, assim como sua cobertura. Após a aprovação, o Jornal analisou os desdobramentos do Programa de Ações Afirmativas em uma matéria especial (setembro/2010). A publicação apontava o aumento em três

Na edição 78, de julho de 2005, inaugura-se o **novo projeto gráfico** do JU, criação do jornalista Juliano Bruni. Para a equipe que assumia o JU naquele momento, era preciso atualizar a imagem do veículo. O projeto original, de Anibal Bendati, ainda que bonito e bem acabado, na avaliação da equipe da época, tinha um visual que remetia aos anos 1970. A pretensão era que a diagramação se tornasse mais arejada: foi isso que guiou o rumo das alterações propostas. Na capa, o Jornal adquire um visual mais retilíneo, menos arredondado em relação à aparência anterior, seja pela ausência da borda, seja pelo nome no cabeçalho em apenas uma linha. As editorias ganham uma vinheta; novas seções são criadas – outras são reacomodadas, como o perfil, que deixou o lugar consagrado até ali, a contracapa, e foi para a parte interna. Outra razão para a necessidade de um novo projeto gráfico



A presença das **artes visuais** no JU é constante e significativa. Ao longo dos anos, o Jornal sempre teve uma preocupação em dar visibilidade tanto a produções artísticas criadas na Universidade quanto a artistas gaúchos. A Bienal do Mercosul é um dos acontecimentos que marcaram presença diversas vezes, sendo, inclusive, tema do *Especial* de novembro de 2009, com uma cobertura completa do evento. Além disso, a Fundação Iberê Camargo, assim como o próprio artista, foram pautas recorrentes. O JU acompanhou o início da construção do museu, às margens do Guaíba (julho-agosto/2003), falou sobre a catalogação de gravuras de Iberê, feita pela professora de artes visuais Mônica Zielinsky (março/2007), chegando até 2008, com uma reportagem sobre a inauguração do museu e os benefícios para a capital. Em dezembro de 2002, o JU produziu uma reportagem em homenagem ao artista porto-alegrense João Fahrion, ressaltando a sua temática favorita: a figura feminina. O artista também foi professor do Instituto de Artes – quando ainda se chamava Instituto de Bellas Artes. Sua importância para a Universidade é tão marcante que no prédio da Reitoria há uma sala – com afrescos seus na parede – que leva seu nome. Fahrion apareceu outras vezes nas páginas do Jornal, inclusive na matéria intitulada *Arte dos mestres* (junho/2011), que enaltece o legado de artistas que passaram pelo Instituto de Artes da UFRGS. Ainda no campo das artes visuais, a reportagem especial de junho de 2006 retratou um projeto de extensão que reunia grafiteiros e arquitetos, buscando a humanização do espaço público. Em março de 2013, o *Caderno JU* destaca as gravuras de artistas gaúchos reconhecidos nacionalmente, bem como suas biografias. Artistas do Grupo de Bagé, Pedro Weingärtner, Vera Chaves Barcellos e, novamente, Fahrion e Iberê Camargo foram alguns dos nomes presentes na matéria.



de 1998, a redação organizou uma mesa-redonda com professores da UFRGS para analisar tanto os motivos da vitória de Olívio Dutra sobre Britto quanto aspectos sobre as campanhas eleitorais, a dinâmica das alianças e também as perspectivas para o futuro do estado. O debate rendeu três páginas de opiniões na edição de novembro daquele ano. Já em 2005, pensando em como falar sobre os mais diferentes temas que causam discórdia na sociedade, o JU iniciou a seção *Debates*. Ali, eram expressas, em forma de artigos, as opiniões de dois especialistas sobre assuntos importantes para a cidadania. O primeiro tópico escolhido foi a corrupção (julho/2005) – temática que reaparece no Jornal também em setembro do mesmo ano, em forma de entrevista seguida de debate com docentes de diferentes áreas. No mês de agosto, após os atentados ocorridos na Inglaterra e no Egito, um cientista político e um psicólogo fizeram suas considerações acerca do tema terrorismo. Ainda passaram por ali assuntos como reforma política, desarmamento e cotas. Com a proposta de mudança na maioria penal, o *Caderno JU* de maio de 2015 trouxe um painel com especialistas no tema. Diferentes argumentos e opiniões apontavam os riscos da falta de informação.

vezes do índice de aprovação de autodeclarados negros. Dois anos depois, a capa estampava *Por mais inclusões*, anunciando a renovação do programa por mais 10 anos. Ao contrário de 2007, o apoio à política de cotas já era maior e as reuniões do Consum eram acompanhadas por ocupações, por parte dos estudantes, do prédio da Reitoria.

dizia respeito às mudanças na estrutura de produção do JU. Até aquele momento, as edições eram finalizadas fora da redação: o processamento final era feito pela CORAG, o que gerava gastos muito elevados. De fato, a readequação dos custos era uma demanda premente da nova gestão na Reitoria. Para isso, foi feito um investimento na Gráfica da UFRGS, que adquiriu uma máquina capaz de realizar a impressão. O tamanho do papel para esse novo maquinário era menor – ainda que o formato standard fosse mantido com toda a convicção. Assim, os textos que antes tinham até 12 mil caracteres não podiam passar de 8 mil (posteriormente, houve uma nova redução para evitar desperdício de papel, o que tirou mais mil caracteres das reportagens). O desenvolvimento do novo projeto gráfico chega ao ápice quando o JU passa a ter capa e contracapa coloridas. Num lance de sorte, isso ocorre na edição 101, de agosto e setembro de 2007, que apresentava fotografias marcantes da pauta em destaque sobre o aquecimento global. Neste ponto, segundo Juliano, o projeto e todas as novas dinâmicas que ele exige se acomodam. Chega-se à sintonia necessária entre o diagramador e o restante da equipe, construída com a convivência e a negociação que se desenrolam na redação.

Nos idos de 2012, tornou-se crescente a demanda por mais reportagens de ciência. Ao chegar à redação, a solicitação tomou novo rumo e foi desenvolvido o formato do **Caderno JU**. Em vez de uma ênfase em pautas de ciência, foi consenso na elaboração do projeto a preferência pela variação de temas a cada edição. A ideia era que o espaço de quatro páginas coloridas acrescidas ao Jornal – que passa a ter 20 páginas no total – desse força para um aprofundamento ainda maior em relação às reportagens especiais que circulavam nas páginas centrais até

As problemáticas envolvendo **populações do campo** seguidamente foram retratadas pelo *Jornal da Universidade*. As reportagens contam a história de vida dos entrevistados de uma forma sensível, expressando aquilo que havia de mais humano nas personagens: desde os percalços e desafios enfrentados até as maiores conquistas. Na edição de outubro de 2012, a reportagem especial *Expectativa na aldeia* trouxe a representatividade da mulher na cultura indígena, com a figura de Francisca, mãe que criou sozinha as filhas e as incentivou a estudarem. Denise, sua neta, foi a primeira aluna indígena a se formar na UFRGS, no curso de Enfermagem. Os valores da cultura Kaingang e a falta de estrutura nos postos de saúde na Terra Indígena Guarita mostram a necessidade de haver um melhor atendimento, que comporte mais médicos de origem indígena. Em maio de 2013, o *Caderno JU* *Questão da terra* deu espaço para que agricultores orgânicos e familiares que compõem o MST pudessem expressar seu modo de trabalho e as limitações desse método produtivo, que não ganha visibilidade suficiente na mídia. Figuras como Boca, produtor rural, contaram suas vivências e a importância desse tipo de agricultura, que é livre de pesticidas prejudiciais ao organismo. Ressaltou-se o papel do corpo docente e discente da UFRGS na elaboração de projetos de pesquisa para melhorar a produção dos assentados. No mês de setembro de 2014, o *Caderno JU* retratou a educação no campo, desmistificando as concepções predomi-



então. O acréscimo só foi possível por conta do maior número de bolsistas que passou a integrar a redação. Com projeto gráfico de Kleiton Semensatto da Costa, diagramador do JU de janeiro de 2012 a julho de 2016, o Caderno JU passa a ser publicado a partir da edição 152, de setembro de 2012, com o título *O lugar dos grandes mestres*. Com a temática da educação, o especial enaltece o professor como fundamental na formação profissional e humanística, através das histórias de grandes mestres da UFRGS – Graziema Pacheco (1910-1999), Ernani Maria Fiori (1914-1985), Gerd Alberto Bornheim (1929-2002) e Leônidas Xausa (1932-1998). Na edição de dezembro de 2012, o CadernoJU foi elaborado, pela primeira vez, pela equipe de bolsistas. A reportagem discutiu o principal paradoxo que cerca a Aids: ao mesmo tempo em que é mundial e sem cura, é também a doença dos outros, a doença de poucos. Ressaltaram-se o desafio de se construir novas abordagens e os esforços para conscientização e desmistificação acerca da Aids – com destaque para a presença de grupos de apoio como o GAPA. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas iniciantes – afinal, era a primeira vez que faziam uma grande reportagem com uma abordagem jornalística aprofundada – a publicação cumpriu sua função.



nantes nos meios hegemônicos de que é na cidade onde se concentram as pessoas letradas e de que, no campo, é o estereótipo de Jeca Tatu que existe. O JU pontuou aspectos positivos dessa educação, como a pedagogia mais integradora. Ainda, ressaltaram-se as políticas governamentais nesse espaço e as demandas da população. O Jornal mostrou, em suas reportagens, a resistência e o orgulho que existe nessa área e enfatizou que o campo não é atrasado, como o senso comum tende a associar – ao contrário, engloba uma riqueza e diversidade únicas da região.

Ao longo dos anos, a Universidade recebeu **visitas marcantes** de pessoas das mais diferentes áreas do conhecimento que lotaram o Salão de Atos. Nas páginas do JU, estão registrados esses acontecimentos, seja com reportagens, seja com entrevistas exclusivas. Muitas dessas passagens ocorreram por conta da parceria da Universidade com o ciclo de debates *Fronteiras do Pensamento*. Em maio de 2010, o médico e cientista Miguel Nicolelis conversou com o JU sobre novas formas de pesquisa e o avanço da neurociência. No mês seguinte, foi a vez de Denis Mukwege, ginecologista do Congo que ajudou 30 mil mulheres vítimas de violência sexual duran-



te a guerra civil do país. Nomes como Mia Couto (dezembro/2012) e Pierre Lévy (agosto/2016) integram a lista de palestrantes trazidos pelo evento e entrevistados pelo JU. As Aulas Magnas proferidas por convidados ilustres também marcaram profundamente a Universidade. Assim como Saramago em 1999, Sebastião Salgado lotou o câmpus centro em 2014, e concedeu entrevista exclusiva ao Jornal, falando sobre seu trabalho com a fotografia (março/2014). Outro evento que sempre costuma atrair personagens reconhecidos é o Unimúsica. Em 2016, Maria Bethânia subiu ao palco do Salão de Atos e falou ao JU sobre sua carreira (junho/2016). Em seu aniversário de 80 anos, entre outras presenças ilustres, a Universidade recebeu Gilberto Gil, que deu uma aula-espetáculo e concedeu uma entrevista ao JU (maio/2014). Já a edição de outubro de 2014, teve a presença do ex-presidente uruguaio Pepe Mujica e do cientista social Boaventura de Souza Santos.

As diferenças não tornam as pessoas desiguais, mas ressaltam a **diversidade** que constitui o ser humano. O Jornal da Universidade, sensível à relevância que o debate em torno deste tema vem tomando nos últimos anos, discutiu sobre a naturalização das relações de poder e dos processos de dominação, abordando o preconceito étnico, religioso e de gênero em suas páginas.



Na edição de agosto de 2016, o caderno principal abordava a violência a estudantes indígenas, cotistas e mulheres na UFRGS, e o posicionamento da instituição perante esses acontecimentos. O JU problematizou esses comportamentos, enfatizando a importância da pluralidade. Em maio de 2017, o CadernoJU refletiu sobre a hierarquização do conhecimento acadêmico, em que predomina um histórico de hegemonia do conhecimento nas universidades. Foi apresentada a disciplina *Encontro de Saberes*, que promove a diversidade cultural e a escuta sensível. Na reportagem, o Jornal deu enfoque ao papel de negros e indígenas como protagonistas, ressaltando a necessidade da interculturalidade no ensino superior. A nova realidade que se configurou com as cotas é esmiuçada pelo JU e, por meio das fontes entrevistadas, sustenta-se o desenvolvimento de uma universidade que não ignore as diversas formas de conhecimento e de realidade do mundo. Na edição de dezembro de 2016, a reportagem sobre religiosidade na Universidade rompeu com a ideia de que fé e razão são indissociáveis. Nessa mesma edição, outra reportagem analisou os preconceitos em relação a práticas musicais distintas. O Jornal mostrou como o funk influenciou a comunidade do Morro da Tuca: as músicas trouxeram novas representações sobre a população, de modo que a música passou a ser uma formadora de consciência crítica na região.

Espaço de diálogo e aprendizado

FLÁVIO DUTRA/JU/ARQUIVO 28/11/2011



A oportunidade de trabalhar na redação de um veículo impresso é oferecida aos estudantes de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) desde a criação do Jornal da Universidade (JU), em setembro de 1997. A proposta, mais do que um modo de aprimorar a prática profissional pela inserção de alunos em um ambiente de redação, significou a abertura de um espaço para o aprendizado e de um canal de diálogo entre os veículos de comunicação da Universidade e a Fabico. Quando a Secretaria de Comunicação (Secom) foi instituída, no final de 2004, cresceram-se os investimentos na produção “da casa”. Nesse contexto, a ampliação das bolsas para estudantes representou uma transformação do ambiente de trabalho, com a adaptação da equipe de profissionais a fim de orientar adequadamente os futuros jornalistas. Desde então, dezenas de estudantes frequentaram a redação do JU como bolsistas. Para marcar duas décadas de existência, o JU buscou os relatos de alguns deles.

Diego Mandarinino – O repórter da Rádio Gaúcha Serra foi bolsista do JU em 2010, período que enriqueceu sua formação em questões como avaliação de pauta, além da experiência de vida. Diego resalta a produção das matérias em si, a rotina de trabalho e a troca de ideias com os colegas: “Lembro que a editora queria abordar as saídas de campo realizadas por alguns cursos da UFRGS. Por conta disso, viajei com uma turma da Engenharia Ambiental ao Litoral Norte gaúcho para tratar do desenvolvimento da agricultura orgânica por lá. Isso me deu um baita aprendizado de campo, ao mesmo tempo em que exerci na prática a reportagem. Aprendi sobre pesquisas em agricultura orgânica, ganhei uma viagem àquela região do estado e convivi com pessoas de outras áreas de formação. Isso me enriqueceu muito”.

Ao avaliar como esse período contribuiu para formar o profissional que é hoje, diz que o JU o auxiliou a pensar mais a fundo cada pauta, “o que colaborou na minha formação para trabalhar em qualquer veículo, inclusive os de hard news como o rádio”. Outro ponto ressaltado por Diego foi o convívio com a equipe e os demais bolsistas: “Eram pessoas com diferentes repertórios, visões de mundo e visões profissionais que no dia a dia foram agregando à minha formação”, conclui.

Luciane Costa – *Vivendo de Freela* é o nome do projeto criado no tempo em que Luciane, ex-bolsista do JU em 2009, vivia como jornalista freelancer. “Este é meu xodó”, afirma, admitindo que a formação na área a ajudou a tornar-se uma profissional de marketing com um olhar mais curioso e ao mesmo tempo mais humano. Hoje, na maior parte do tempo, ela trabalha como líder de marketing digital em uma agência de São Paulo.

“É muito raro ter a oportunidade de trabalhar as pautas com tempo, trocar ideias com os colegas, ir no detalhe do texto, passar uma tarde inteira conversando com uma fonte. No meu ano de JU, nós tínhamos isso, trocávamos experiência, fazíamos pauta em dupla, aprendíamos um com o outro. Depois, fui para o Jornal do Comércio e ouvi muito ‘agora você vai ver o que é a vida de redação’, mas agradeço pela oportunidade de aprofundar de verdade os temas que trabalhei. Além disso, tínhamos muita liberdade para escrever sobre o que gostávamos”. Ela recorda de algumas pautas com carinho: uma sobre intercâmbio, outra a respeito da Bienal, realizada em colaboração com um colega bolsista e outra ainda tratando da propaganda para o público infantil. Luciane diz que os tempos como bolsista lhe permitiram viver realmente a experiência de universidade. “Além do mundinho da Fabico, conheci os outros campi e fiquei sabendo de iniciativas que nem imaginava. Tenho saudades da equipe: éramos quatro bolsistas e ficamos muito amigos. Dez anos depois, falo com alguns frequentemente e troco angústias da vida profissional. São pessoas de quem guardo um grande carinho”, acrescenta.

Cadu Caldas – O colunista e repórter de economia de Zero Hora já havia trabalhado por dois anos na editoria de cultura do Jornal do Comércio, quando tornou-se bolsista no JU. Ele estava no 7.º semestre de Jornalismo e gostava do fato de o jornal ser standard – uma raridade no cenário impresso local – o que permitia a produção de longos textos e maior prática da escrita. “A equipe é muito qualificada, todos têm mestrado ou doutorado, mantendo um contato com a academia que o pessoal de redação geralmente não têm. Isso é uma experiência pela qual eu queria passar e sabia que só aconteceria na universidade. Além disso, confiavam muito na gente, auxiliando na criação dos textos: como fazer uma retranca, como fazer para o texto não ficar

maçante. Aprendi muitas técnicas de narrativa no Jornal da Universidade.” Embora não tenha sido seu primeiro trabalho em redação, Cadu acredita que a experiência permitiu o aprimoramento de sua formação.

Dalva Bavaresco – A repórter da TVE recorda o sentimento de orgulho ao ver o seu nome impresso pela primeira vez nas páginas do JU em 2005. “Lembro inclusive de uma ocasião em que visitei a colônia de férias da UFRGS em Tramandaí para falar sobre os serviços oferecidos, funcionamento, quem frequentava... Fiquei empolgadíssima, não apenas pela possibilidade de ver minha matéria impressa, mas também porque foi a segunda vez que pude ir à praia!”

Dalva observa que o trabalho como bolsista foi sua primeira oportunidade para exercitar o jornalismo de fato. “Contribuí para me dar experiência, me fez descobrir coisas novas, entender os desafios da reportagem e conhecer pessoas incríveis, com quem aprendi muito! Quase tudo era novidade! Não conhecia nem Porto Alegre nem a UFRGS direito. Só de ouvir as conversas do setor para mim já era aprendizado. A equipe ajudava os bolsistas a questionar, a problematizar os assuntos, exercitar o pensamento crítico”, descreve.

Rafael Glória – O editor e fundador do site Nonada – Jornalismo Travessia (www.nonada.com.br) – atuou como bolsista do JU entre 2008 e 2009. Então estudante do 4.º semestre do curso de Jornalismo da Fabico, ele havia realizado trabalho voluntário na Rádio da Universidade e mostrava interesse pela área da cultura. Tanto que sua primeira pauta foi uma matéria sobre os 25 anos de estreia da peça Bailei na Curva. “Eu me empolguei com aquele desafio, o que ajudou a confirmar minha vontade de trabalhar nessa área. Já gostava de escrever, e no JU havia bastante espaço para isso. As reportagens tinham um tratamento mais aprofundado, e pude desenvolver minha escrita”, comenta, acrescentando que a parceria e a orientação da equipe da redação colaboraram para o seu crescimento.

Após a conclusão do período da bolsa, Rafael fez um estágio no Jornal do Comércio e, já graduado, produziu matérias para o diário como freelancer. Há sete anos, coordena o coletivo de jornalismo cultural que já foi premiado pelo Ministério da Cultura e a Associação Riograndense de Imprensa.

Um lugar para polêmicas

Maria Helena Weber, professora do departamento de Comunicação da UFRGS, relembra com orgulho o processo de discussões sobre comunicação que culminou na criação do *Jornal da Universidade* (JU). No ano de 1997, ela ocupava a Coordenadoria de Comunicação, a convite da reitora Wrana Panizzi (1996 a 2004). Em sua visão, o fato de o JU ter atravessado esses 20 anos de existência é um indicativo de qualidade e contribuição à comunicação pública.

Como se dá a criação do Jornal da Universidade?

A professora Wrana Panizzi, quando tomou posse, me chamou para fazermos um projeto de comunicação. Era uma assessoria de comunicação que não seria do gabinete, mas da Universidade. Nessa perspectiva, reunimos um grupo grande de técnicos, professores, estudantes e começamos a pensar como fazer isso, e um dos produtos desse processo era uma mídia. Então começamos a pensar um projeto de jornal que fosse autônomo, que não seria do gabinete da Reitoria, que seria mais ativo. Chamamos o Aníbal Bendati para fazer o projeto gráfico. Para a redação, convidamos “os velhos”, como a gente dizia: o Ademar de Freitas, o Clóvis Ott, um excelente jornalista já falecido, que foi editor do JU, a Vera Spolidoro, que também trabalhou na edição. Nessa época da Wrana, foi criado esse lugar de destaque para a comunicação.

O JU ganhou vários prêmios, porque a ideia era fazer um jornalismo que não fosse simplesmente a divulgação da Universidade, mas cumpriria o papel que ela precisa

cumprir: mostrar coisas novas, interferir, opinar. Durante algum tempo ele foi assim. E adquiriu força: existem histórias de que um pessoal do MEC em Brasília – governo Fernando Henrique – se queixava: “como é que a Universidade tem um jornal desse tipo?”. Ele era crítico, interessante, e passou a ser procurado em Porto Alegre. Nesse sentido, ele cresceu e foi um jornal bem importante, com um texto excelente, valorizava as pessoas vinculadas à UFRGS com o *Perfil*. Funcionava bem como uma redação de jornal mesmo. É claro que tivemos muitas discussões com o gabinete, eu é que me incomodava, na verdade, não deixava que o pessoal do JU tivesse contato direto, para preservá-los. Eu saio e o Jornal vai se tornando, digamos, mais institucional.

O JU era uma das peças da engrenagem do sistema de comunicação e acabou sendo o veículo de maior visibilidade. Na época, houve uma discussão sobre duas coisas que foram bem marcantes em função do grande debate que houve na comissão. Uma dizia respeito às dimensões: todo mundo achava que devia ser no formato de um tabloide – o Bendati considerava que esse era o formato consagrado no RS. O professor Sérgio Rosa fez a grande defesa de um jornal padrão [standard]. Discutimos muito, e essa ideia acabou ganhando. A outra coisa é em relação ao nome. O projeto de comunicação nos levava a uma valorização da UFRGS como tal, e a reitora tinha essa bandeira de uma Universidade de qualidade. Isso conduziu à ideia de que não era qualquer universidade, era “a” universidade, ou seja, é como se houvesse apenas uma; esse foi o

conceito que segurou o nome. Não era um jornal de universidade, mas a ideia de que ele fosse da grande universidade.

Como era a relação com a reitoria? Havia algum tipo de interferência?

As indicações que a reitora ou os pró-reitores podiam vir a fazer eram algo absolutamente normal. Nos meus dois anos, durante a implantação, não vivemos nenhum tipo de imposição; mas, como eu digo, era uma batalha, e nós ganhávamos 90% delas. Os embates vividos no JU, para mim, são naturais. Toda instituição quer um jornal que seja dela. Mas o gabinete nunca derrubou uma matéria, como se diz no jornalismo. Ficávamos lá insistindo, argumentando até que saísse. Até atrasamos edições por conta disso. Então, a Wrana tinha isto: quando tu convencias, quando tinhas um argumento, ela aceitava. Ela conhecia a pauta, mas o jornal tinha autonomia. Algumas coisas que eu compreendia que eram mais polêmicas, eu já levava pra ela, mas não éramos censurados pelo gabinete, não é o caso de que o gabinete lia as matérias para aprová-las. Isso não havia.

Como o jornal se encaixa no contexto da comunicação pública?

Quando se valoriza o jornal de uma universidade pública, está-se valorizando aquilo que a instituição tem a obrigação de fazer; porém, são poucas as que fazem isso. Essa comunicação significa que ela não só valoriza, digamos, a função que tem em termos de pesquisa e ensino, mas também o investimento que vem. Na universidade, tem-se

o debate público, que é uma das sínteses, digamos, do que seria a comunicação pública; todos os temas estão sendo debatidos aqui. A gente se reunia para fazer a pauta – eu participava também –, e um dos tópicos era este: o que temos hoje?, sobre o que podemos opinar?, levando em consideração que a opinião que se faz aqui dentro tem uma liberdade que não existe em nenhum outro veículo. Podemos discutir a questão do cigarro, que nenhum jornal publicava – aquela famosa matéria [Estado investe na indústria da morte, de novembro de 1997] que foi premiada e acabou noticiada no Jornal do Brasil. Enfim, na universidade podemos falar de religião, aborto, eutanásia, questões políticas e sociais. A ideia era que o JU traduzisse isso, que fosse polêmico. E acho que foi durante determinado tempo.

Quais são os limites entre a promoção do debate público e da transparência de uma instituição e a preservação dessa instituição?

Se estamos falando em comunicação pública, falamos daquilo que entra em debate. Portanto, uma universidade que tem ocupações [de estudantes] durante 60 dias e o seu jornal não tem uma edição especial sobre isso, então temos a morte do jornalismo, isso significa que se está trabalhando com jornalismo institucional, e não um jornalismo que responde ao público. A credibilidade do jornal entra em risco quando não noticia o fato mais importante que naquele momento está acontecendo. Tem uma parte da história da UFRGS que não foi registrada.

FLÁVIO DUTRA/JU



“A ideia era fazer um jornalismo que não fosse simplesmente a divulgação da Universidade, mas cumpriria o papel que ela precisa cumprir: mostrar coisas novas, interferir, opinar.”

Maria Helena Weber



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial

Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor Everton Cardoso

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Editor de fotografia Flávio Dutra

Revisão Felipe Raskin Cardon

Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotólitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 16 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

[jornaldufrgs](#)

[jornaldufrgs](#)

[jornaldufrgs](#)